

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ESTUDO DE VIABILIDADE AMBIENTAL E ECONÔMICA PARA
IMPLANTAÇÃO DE UMA POUSADA RURAL NO MUNICÍPIO DE
VARGEÃO – SC.

RUDIMAR DE MATOS

FLORIANÓPOLIS / SC
2004

RUDIMAR DE MATOS

ESTUDO DE VIABILIDADE AMBIENTAL E ECONÔMICA PARA
IMPLANTAÇÃO DE UMA POUSADA RURAL NO MUNICÍPIO DE
VARGEÃO - SC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
disciplina Estágio Supervisionado – CAD 5236,
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Administração da Universidade Federal
de Santa Catarina.

FLORIANÓPOLIS / SC
2004

Este trabalho de Conclusão de Estágio foi apresentado e julgado perante a banca examinadora que atribui a nota _____ ao aluno Rudimar de Matos na disciplina de Estágio II – CAD 5236.



Banca Examinadora

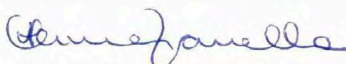


Prof. Sinecio Stefano Dubiela Ostroski

Orientador



Prof. Pedro Carlos Schenini



Professora Liane Carly Hermes Zanella

Agradecimentos

Dedico este espaço, a todos aqueles que me incentivaram, ajudaram e orientaram durante este processo de crescimento e de busca pelo conhecimento. Ao meu orientador Professor. Sinesio Stefano Dubiela Ostroski pela dedicação e interesse que sempre demonstrou durante o desenvolvimento deste trabalho.


Aos proprietários da propriedade pesquisada pela atenção.

A Professora Liane Carly Hermes Zanella pela atenção dispensada e esclarecimento das dúvidas que surgiam.

Ao Professor Pedro Carlos Schenini, pelos valiosos comentários e companheirismo.

Aos meus amigos:
Marco Antônio Martins
Kelly Cristina Mendes
André Luis Fedeli
Daniel Flores Melos
Simone Frozza

Agradeço a minha família e, em muito especial, a minha esposa Marta, companheira de todas as horas e ao meu filho Rafael.



“Preciso de serenidade para aceitar as coisas
que não posso mudar, coragem para mudar as
que posso e sabedoria para conhecer a
diferença.”

R. Niebuhr

RESUMO

MATOS, Rudimar de. Estudo de viabilidade ambiental e econômica para a implantação de uma pousada rural no município de Vargeão. 84f. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação em Administração). Curso de Ciências da Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Este trabalho teve como objetivo geral analisar a viabilidade ambiental e econômica para a implantação de uma pousada rural no município de Vargeão/SC. Para tanto se buscou através dos objetivos específicos: a) Identificar e analisar a conformidade sócio-ambiental da propriedade rural; b) Identificar a estrutura e funções da pousada rural; c) Apontar pontos favoráveis e frágeis da propriedade rural; d) Analisar aspectos econômicos-financeiros para implantação da pousada rural. O trabalho busca identificar alternativas através do turismo e com a viabilidade de uma pousada rural, com a adequação das instalações já existentes, para que o homem do campo, proprietário de pequena propriedade, possa aumentar sua renda com a criação de empregos para seus familiares e para membros da comunidade, permanecendo desta forma no campo e beneficiando a economia do município de Vargeão, local onde a propriedade fica localizada. Para realizar a análise do empreendimento, fez-se um estudo de caso junto à propriedade Lando & Frozza, com abordagem qualitativa com característica exploratória descritiva. A coleta de dados aconteceu através do uso de entrevista semi-estruturada. As considerações finais do trabalho são interpretações do pesquisador através da observação *in loco* e das respostas obtidas na entrevista com os proprietários da propriedade escopo do estudo. A propriedade prova ser possível implantar esta atividade no meio produtivo rural e demonstra sua importância para a economia do município além de garantir sua subsistência.

Palavras-chaves: Propriedade, Pousada rural, viabilidade ambiental, turismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01	Municípios que fazem parte da AMAI.....	48
Ilustração 02	Mapa da regionalização de SC.....	48
Ilustração 03	Gado existente na propriedade.....	50
Ilustração 04	Vista parcial da propriedade.....	52
Ilustração 05	Acesso leste e acesso sul.....	53
Ilustração 06	Cachoeira presente na propriedade.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Tipos de Atividade e Degradação.....	17
Quadro 02	As diferenças entre Filantropia e a Responsabilidade Social.....	29
Quadro 03	Descrição do investimento fixo.....	61
Quadro 04	Resumo das imobilizações fixas e financeiras	63
Quadro 05	Projeção de despesas fixas 2005.....	63
Quadro 06	Projeção de despesas variáveis 2005.....	63
Quadro 07	Tributação sobre faturamento.....	64
Quadro 08	Ponto de equilíbrio e demonstrativo de resultado.....	64
Quadro 09	Memória de cálculo.....	64
Quadro 10	Demonstrativo do resultado.....	65
Quadro 11	Projeção do fluxo de caixa.....	65
Quadro 12	Despesas com funcionários e pró-labore.....	66

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	TEMA E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	10
1.2	OBJETIVOS.....	12
12.2	Objetivos específicos.....	12
1.3	JUSTIFICATIVA.....	12
2	REVISÃO TEÓRICA.....	14
2.1	SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE.....	14
2.2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	21
2.3	TECNOLOGIAS LIMPAS.....	24
2.4	RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	27
2.5	ASPECTOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS.....	30
2.6	POUSADAS RURAIS.....	36
2.7	TURISMO RURAL E ECOLÓGICO.....	38
2.8	LIMITES LEGAIS.....	43
3	METODOLOGIA.....	45
3.1	TIPO DE ESTUDO.....	45
3.2	COLETA DE DADOS.....	46
4	LEVANTAMENTO E ANÁLISE.....	47
4.1	O MUNICÍPIO DE VARGEÃO.....	47
4.2	CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....	49
4.2.1	O acesso à propriedade.....	52
4.2.2	Atrativos da propriedade.....	54
4.2.3	Preocupação com os recursos hídricos.....	55
4.2.4	Atividades a serem oferecidas pela pousada rural.....	55
4.2.5	Tratamento de águas residuais.....	57
4.2.6	Mão-de-obra.....	57
4.2.7	Concorrentes.....	58
4.2.8	Características do público-alvo e da pousada.....	59
4.2.9	Identificação e análise das necessidades econômicas.....	59
4.3	AVALIAÇÃO GERAL.....	66
4.3.1	LUCRO OPERACIONAL.....	66

4.3.2	LUCRO LÍQUIDO.....	66
4.3.3	RENTABILIDADE DO EMPREENDIMENTO.....	67
4.3.4	RENTABILIDADE DO INVESTIMENTO.....	67
4.3.5	PONTO DE EQUILÍBRIO.....	68
5	IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS CONFORM. SÓCIO-AMBIENTAIS.....	69
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
	APÊNDICES.....	77
	ANEXOS.....	79

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Localizado na região Oeste do Estado de Santa Catarina e fundado em vinte e um de abril de um mil novecentos e sessenta e quatro, o município de Vargeão destaca-se pelas pequenas propriedades agrícolas e intensa ocupação por atividades agropecuária. Entretanto, nos últimos anos essa atividade vem enfrentando dificuldades impostas por um mercado que se apresenta cada vez mais competitivo e restrito a produtos de excelente qualidade e de procedência saudável. Por essa razão os focos de doenças como a aftosa e *aujeski*, que atinge principalmente os suínos, vêm prejudicando os criadores da região que vez por outra são surpreendidos com a suspensão na compra da produção em razão de embargos impostos muitas vezes pelos principais países importadores como Rússia e a União Européia, refletindo-se ainda no comércio interno. Tais fatores aliados aos contratempos da natureza, geada, seca, e pragas acaba por agravar a crise no campo, exigindo que vocações já tradicionais se renovem e outras surjam como propulsoras à economia local, processo que exige o fomento de meios alternativos para esse município, pois apenas o cultivo de cereais e raízes aliado a convênios de integração com empresas como Sadia, Aurora e Perdigão, para criação de suínos e galináceos, não alcançam produtividade e lucratividade acima do necessário para subsistência das propriedades.

Uma das alternativas para incorporar de maneira promissora um aumento de renda a essas propriedades e conseqüentemente ao município passa pelo desenvolvimento do Turismo Rural, pois assim como na região serrana do Estado de Santa Catarina, a região Oeste, onde o município localiza-se, também apresenta uma grande potencialidade para o desenvolvimento do turismo rural como prática de atividade comercial.

A região Oeste sempre foi destaque no cenário econômico de Santa Catarina, com municípios de vocações econômicas bem definidas, caracterizando-se por atividades de administração familiar de pequenas propriedades. Com a constatação do Domo de Vargeão a região passa a apresentar mais um atrativo, além de seus córregos e rios com a presença de várias cachoeiras. O lema adotado pela Prefeitura “A Cidade do Meteoro” divulga cada vez mais a história geológica da região e a provável origem da estrutura. A diversidade climática e geográfica potencializa a região para se desenvolver tanto no meio rural como com atividades de ecoturismo, possibilidade para implementar de forma sustentável a economia da região.

Atendo-se ao cenário de aproveitamento da paisagem e atrativos inerentes ao município de Vargeão, desenvolvemos nosso trabalho de forma a diagnosticar a viabilidade de uma Pousada Rural, contribuindo para o desenvolvimento da região e na qualidade de vida da população local.

Buscando atingir um desenvolvimento sustentado, faz-se necessário a identificação e análise da viabilidade ambiental e econômica para pousadas voltadas ao turismo rural e ecológico, na intenção de utilizar os recursos naturais de forma a não destruí-los. A forma aqui abordada é a adequação da propriedade rural, aproveitando-se das instalações já existentes, ofertando espaços, serviços de alimentação e lazer, tornando a atividade em questão em uma atividade viável economicamente, gerando empregos e renda, respeitando os princípios do desenvolvimento local, promovendo a conscientização ambiental para que o meio ambiente seja preservado. Neste contexto nos deparamos com o problema de pesquisa:

Qual o impacto que o empreendimento de uma Pousada Rural pode trazer para a propriedade?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a viabilidade ambiental e econômica para a implantação de uma pousada rural no município de Vargeão.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar e analisar a conformidade sócio-ambiental da propriedade rural;
- b) Identificar a estrutura e funções da pousada rural;
- c) Apontar pontos favoráveis e frágeis da propriedade rural;
- d) Analisar aspectos econômicos-financeiros para implantação da pousada rural.

1.3 JUSTIFICATIVA

Em razão das dificuldades que as pequenas propriedades do meio rural vêm enfrentando, meios alternativos devem ser buscados para aumentar a renda e evitar que o homem do campo se desloque para os grandes centros urbanos.

Esse estudo é oportuno pois busca identificar oportunidades de aumento da renda através do desenvolvimento econômico da propriedade, do uso adequado dos recursos, da melhoria social e bem-estar da comunidade, minimizando as dificuldades econômicas que a região vem atravessando e por consequência os pequenos produtores do município.

Por certo, um estudo de viabilidade ambiental e econômico poderá vir a servir como paradigma para possíveis investimentos na região, identificando os atrativos que podem ser

oferecidos e diagnosticando os seus ricos recursos naturais disponíveis e a preocupação com a exploração irracional desses recursos que podem ocasionar inúmeras catástrofes junto à natureza.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

Para analisar a intensidade da ação humana na modificação do meio ambiente e seus sistemas ambientais que são os responsáveis pelo fornecimento de materiais e energia aos sistemas sócio-econômicos, busca-se identificar as causas e conseqüências das atividades sociais que surgem como sendo o foco da sobrevivência, do desenvolvimento e do crescimento da humanidade.

Questões como os impactos ambientais gerados pelos sistemas sócio-econômicos através de seus produtos: edificações, insumos, emissões, dejetos, etc. vêm sendo alvo de discussões quanto a qualidade das atividades desenvolvidas junto ao meio ambiente, que implicam em suas alterações nas características e na qualidade. Um tema constantemente em voga que em 1992 foi levado a discussão na Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, a ECO-92.

Com essa discussão chega-se a uma constatação, o futuro da humanidade começa a entrar em risco quando as condições que propiciam a vida humana na Terra se modificam com tamanha rapidez e intensidade que a espécie humana não as consegue acompanhar e nem a elas se adaptar. O fenômeno da degradação ambiental passa pelo fato de o homem atuar no seu ambiente como um parasita, tomando o que dele deseja com pouca atenção pela saúde do seu hospedeiro. Essa degradação passa necessariamente pela busca da melhoria das condições sócio-ambientais. Buscando essa melhoria o homem acaba por alterar o ambiente físico natural. Segundo Unger (1992), para que se possa superar criativamente a crise atual é necessário buscar-se uma definição mais ampla do que seja o homem e do seu espaço natural.

As limitações dos recursos naturais não são consideradas nas atividades humanas, que vêm contaminando de modo intenso nosso ecossistema. A manutenção do meio ambiente socialmente justo e ecologicamente equilibrado requer um esforço de todos os envolvidos e que se refletirá na melhoria de vida, no bem-estar de todos e no sucesso de um empreendimento nessa área, pois poderá ser determinante para o aumento ou redução da atração turística, diminuindo ou aumentando a satisfação dos visitantes.

O meio ambiente constitui um elemento fundamental e indispensável na atividade turística e a sua manutenção é essencial para que a atividade continue crescendo. Segundo Ruschmann (1997, p. 80):

[...]quando se trata de um equipamento turístico qualquer, já não se pode pensar na valorização do patrimônio ou na administração de seu desenvolvimento, sem considerar seus efeitos sobre a comunidade receptora, a economia e a sociedade das localidades, e sobre o meio natural.

Nesse contexto a base econômica para a atividade turística passa a ser além do meio ambiente a comunidade, que passa a interagir com os turistas e estar sujeita aos impactos, sejam culturais ou ambientais, positivos ou negativos.

Sobre o meio ambiente e na população um dos impactos mais sentidos é a poluição, assim definida segundo o artigo 3º, inciso III da Lei 6938/81:

[...]a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem materiais ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

A poluição do solo e da água é causada por poluentes como metais, vidros, plásticos, entulhos, sedimentos e substâncias químicas, que se depositam no solo ou na água. O turismo não planejado pode também causar poluição como a destruição de áreas naturais que se tornam urbanizadas e poluídas pela presença e pelo tráfico intenso de turistas.

A poluição pelo tráfico intenso de turistas costuma atingir principalmente o solo, camada da superfície terrestre não coberta pelas águas, local de grandes transformações dos

seres vivos, principalmente o homem. A poluição do solo é causada, na maioria das vezes, por resíduos sólidos lançados no meio ambiente, por substâncias químicas poluentes em suspensão no ar que podem se depositar no solo e causar poluição.

Outros poluentes do solo são o lixo e o esgoto. No que se refere ao lixo, em qualquer atividade deve ser objeto de cuidados especiais, tanto na perspectiva de reaproveitamento quanto na de destinação, pois pode ser sinônimo de desperdício, prejuízo e poluição ambiental. A própria mobilidade dos poluentes e até mesmo às técnicas utilizadas para tratar determinada forma de poluição podem ocasionar a transferência de poluição entremeios. Segundo Bursztyn (1994), certos programas de poluição têm como resultados apenas o deslocamento da poluição, ou seja, ao se despoluir a água polui-se a atmosfera ou ao despoluir a atmosfera provoca-se o depósito de substâncias poluentes no solo que, por sua vez, podem ser levados para os cursos d'água.

De acordo com Schenini (1999, p.21), os impactos da poluição observados nos solos são das mais diversas naturezas, pois podem acontecer sob a forma de esgotamento do solo, da desertificação, desflorestamento, disposição de resíduos, contaminação, extinção da Biota, lixo e resíduos.

Na realidade cada atividade produtiva traz em si um potencial poluidor, o qual varia de acordo com fatores como a natureza da atividade e os insumos utilizados. O quadro a seguir mostra algumas atividades poluidoras e os tipos de degradação causados.

ATIVIDADE	TIPOS DE DEGRADAÇÃO
1. Agricultura/Pecuária Extensiva	Incêndios, destruição da fauna, flora; contaminação e assoreamento dos cursos d'água e erosão dos solos
2. Grandes Usinas Hidroelétricas	Impacto cultural e sócio-econômico; inundação em áreas florestais
3. Pólos Industriais e/ou Grandes Indústrias	Poluição do ar, água e solo; geração de resíduos tóxicos; conflitos com o meio urbano
4. Construção de Rodovias	Alteração da cobertura vegetal; alteração dos solos; impactos sócio-econômicos
5. Caça e Pesca Predatórias	Comprometimento da fauna e da biodiversidade; diminuição de estoques pesqueiros (lagostas e peixes de maior valor econômico); danos socio-econômicos e culturais
6. Crescimento Populacional vertiginoso (migração interna)	Grandes problemas de saúde; ocupação desordenada dos solos com sérios danos aos recursos naturais
7. Agroindústria de Açúcar, Alcool; Papel e Celulose	Alteração dos ecossistemas naturais; poluição das águas, exaustão dos solos; grandes problemas sociais
8. Expansão Urbana Desordenada	Degradação de ecossistemas naturais; degradação da paisagem e alterações econômicas, como turismo e pesca em áreas litorâneas
9. Grandes Latifúndios	Desmatamento, queimadas e degradação dos solos; dominação por grupos econômicos
10. Carcinicultura e Salinas	Destruição de Manguezais (aterros, terraplenagens); impactos na vida marinha e na pesca
11. Prospecção e Exploração de Fósseis-Petróleo e Gás Natural	Contaminação do lençol freático de águas combustíveis superficiais; desmatamento de áreas naturais
12. Grandes Projetos Agropecuários	Desmatamento e queimadas; drenagens, erosão e assoreamento; poluição das águas, alteração dos solos
13. Atividades Consumidoras de madeiras como matéria prima	Desmatamento da vegetação nativa; degradação da fauna e da flora; comprometimento da biodiversidade
14. Matadouro, Frigorífico Laticínios	Poluição das águas, prejuízos à vida aquática, e à saúde; poluição atmosférica
15. Invasão de Reservas Indígenas	Impacto cultural e social sobre populações indígenas; Desmatamento e queimadas
16. Grandes Concentrações Urbanas (áreas metropolitanas)	Poluição das águas, dos solos e do ar; Problemas sócio-econômicos
17. Agricultura Mecanizada com alto Consumos de Agrotóxicos e Grandes Áreas Homogêneas	Compactação, erosão, contaminação e diminuição da fertilidade dos solos; assoreamento e contaminação dos cursos d'água
18. Transporte de Combustíveis em Oleodutos e Gasodutos	Desmatamento e erosão dos solos; riscos de acidentes com prejuízos para a fauna, a flora e a vida humana
19. Expansão Urbana na Faixa Litorânea	Alteração de ecossistemas litorâneos; poluição de áreas naturais – praias; prejuízos ao lazer, turismo e pesca
20. Curtumes	Poluição dos cursos d'água por metais pesados

Quadro 1: Tipos de Atividade e Degradação

Fonte: SEBRAE – INICIANDO GESTÃO AMBIENTAL (1991)

De acordo com Sachs (1986), a questão central é encontrar as modalidades de crescimento que tornem compatíveis o progresso social e o gerenciamento sadio dos recursos e do meio. Assim, o desenvolvimento deve considerar a autonomia de decisões e a pesquisa de modelos endógenos, próprio a cada contexto histórico, cultural e ecológico, bem como a prudência ecológica, ou seja, a busca de um desenvolvimento em harmonia com a natureza.

a) - Finitude de recursos:

O padrão de desenvolvimento utilizado que parte do pressuposto da inesgotabilidade dos recursos ambientais, bem como a grande diversificação e mobilidade do poluente, são também aspectos importantes a serem considerados neste processo sistemático e maciço de degradação ambiental. A atividade turística pode constituir um elemento devastador do meio se operada de maneira errada, por esse motivo é que o turismo rural necessita ser implantado e operado de maneira sustentada, em equilíbrio com a base de recursos naturais, objetivando conservar uma fonte de recurso por vários anos.

Na história da vida sobre este planeta, o fenômeno da degradação ambiental já foi visto em grandiosidade, mas dado principalmente a causas naturais. Entretanto, de acordo com o relatório Nosso Futuro Comum produzido pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991, p.8), deixa claro a preocupação com a ação do homem:

[...]muitos dos atuais esforços para manter o progresso humano, para atender às necessidades humanas e para realizar as ambições humanas são simplesmente insustentáveis – tanto nas nações ricas quanto nas pobres. ...retiram demais, e a um ritmo acelerado demais, de uma conta de recursos ambientais já a descoberto, e no futuro não poderão esperar outra coisa que não a insolvência dessa conta. Podem apresentar lucros nos balancetes da geração atual, mas nossos filhos herdarão os prejuízos.

A ausência de compromisso com a proteção e preservação do meio ambiente tem se transformado em crescentes prejuízos, tanto econômicos quanto ecológicos, com inundações, perda de solos férteis, fome.

Dados do relatório Nosso Futuro Comum mencionam que seis milhões de hectares de terra, por ano, desgastam-se por causa da erosão e passam à condição de desertos, o que, em 30 anos, representaria uma área correspondente à da Arábia Saudita.

A destruição de florestas tem efeitos devastadores também sobre a extinção de espécies vegetais e animais. Isso reduz a diversidade biológica dos ecossistemas do mundo, o que significa diminuição de diversidade genética. Conforme dados do relatório Nosso Futuro Comum a perda de biodiversidade “priva gerações atuais e futuras de material genético para aperfeiçoar variedades de cultivos, tornando-as menos vulneráveis ao desgaste provocado pelo clima, às pragas e doenças.”

O modo destrutivo com o qual o ser humano fez uso da natureza já ocasionou diversos impactos em todos os níveis. A fragilidade dos ecossistemas naturais, muitas vezes, não comportam um número elevado de visitantes e, menos ainda, o tráfego excessivo de veículos pesados. Neste caso, a infra-estrutura deverá atender normas pré-estabelecidas, para não comprometer o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais. Segundo Callenbach (1993), a década de 90 é crítica. Problemas globais estão danificando a biosfera e a vida humana, as florestas estão sendo devastadas, o solo arável está diminuindo, e a camada de ozônio está sendo destruída. A fauna e flora estão no mesmo caminho de destruição. Os fatores que contribuem para a degradação dos solos são muitos, tais como: desmatamento, queimadas, erosão insumos agrícolas, irrigação, pecuária, monoculturas e outros. Estes processos podem ocasionar, entre outros fatores, a salinização dos solos, podendo levar à desertificação, a qual tem comprometido a produtividade de importantes áreas de solo em vários lugares do mundo. No Paquistão, 70%

do solo encontra-se salinizado; no Iraque e na Síria, 50%, no Egito, 30% e no Brasil, 20% (Revista Ecologia e Desenvolvimento, 1995, nº 5, p. 15).

A forma para superação da degradação dos recursos naturais está na conscientização ética individual, na incorporação de um pensamento que permita responsabilizar tal sociedade por acontecimentos globais, como efeito estufa, a chuva ácida, a perda da biodiversidade, erosão e a morte dos rios.

b) - Qualidade de vida:

A Organização Mundial da Saúde define qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e no sistema de valores nos quais ele vive, em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”¹. Por exemplo: para quem gosta de pescar, qualidade de vida é quando se vai pescar; para quem gosta de jogar futebol, qualidade de vida é quando este indivíduo vai jogar bola e, assim, sucessivamente. Isso pode variar de momento para momento, de situação para situação e de ambiente para ambiente.

Entretanto, a combinação da crescente urbanização, da desigualdade e da falta de recursos públicos tem contribuído negativamente para a qualidade de vida. Essa sociedade cada vez mais mecanizada e informatizada e de hábitos inadequados e muitas vezes gerados pela globalidade de fatores como, entre outros, a desigualdade de renda, as condições de moradia, educação, o acesso a serviços públicos, transporte e locomoção, cultura e lazer, determinam que a saúde pode ser a resposta às necessidades sociais da qualidade de vida. Isso significa dizer que a saúde reflete o modo de viver e a qualidade de vida de uma população.

¹ Fonte: www.pime.org.Br/pimenet/missaojovem/mjecologiavida.htm

Um dos temas mais discutidos atualmente é a qualidade de vida no trabalho e no pessoal. A discussão busca despertar o interesse pela prática de hábitos saudáveis, despertando a prática de atividade física e bem-estar geral, com resultados na motivação do indivíduo, maior disposição e menos falta ao trabalho, integração social e melhora na qualidade de vida. Para ter qualidade de vida em um sentido mais amplo seria interessante praticar atividades que sejam orientadas para os seus mais diferentes fins, seja para uma patologia, ou para o bem-estar da parte física, social, emocional, espiritual, vocacional e intelectual, que se reflitam na harmonia com o ambiente que o cerca.

A escolha de bem-estar pode estar na prática diária de exercícios ou simplesmente na opção por levar uma vida sedentária, que abomine a prática de ginástica, o fato é que por mais estranho que possa parecer não deixa de ser uma escolha de bem-estar, com prejuízos à saúde, mas esse tipo de atitude não prejudica ninguém além do próprio indivíduo, que tem sua qualidade de vida prejudicada. Em suma qualidade de vida está ligada com as necessidades e carências de cada um, desde que tenham sido atingidas, sem esquecer que para se ter qualidade de vida deve se ter saúde. Entender sua importância proporciona aumento na taxa de felicidade e de realização com reflexos positivos na qualidade.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Um preceito para se pensar na problemática da exploração do Turismo Rural é o conceito de desenvolvimento sustentável. Esse conceito teve sua definição em 1987 na Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas que o definiu como um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a

capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas, ou como consta em nossa Constituição Federal, art. 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes gerações.

Com o desenvolvimento da indústria a partir da Revolução Industrial e o crescimento da população em todo o planeta, o uso dos recursos naturais ocorreu de maneira como se estes fossem inesgotáveis, sem preocupação de sua preservação. Levou-se muito tempo para que tal consciência viesse à tona, na realidade podemos dizer que a conscientização dos governos só veio a ocorrer após a Conferência Mundial de Estocolmo, organizada em 1972 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O crescimento econômico em sua grande maioria se dá de forma que compromete o meio ambiente, com reflexos em seu próprio crescimento pois acaba por inviabilizar um dos fatores de produção, ou seja, o capital natural. Terra, natureza, espaço devem compor o processo de desenvolvimento como elementos de sustentação e conservação dos ecossistemas. A degradação ou destruição de um ecossistema compromete a qualidade de vida da sociedade, uma vez que reduz os fluxos de bens e serviços que a natureza pode oferecer à humanidade. Assim, um desenvolvimento centrado no crescimento econômico sem preocupação com as questões sociais e ambientais não poderá ser denominado de desenvolvimento, pois trata-se apenas de crescimento econômico.

A proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento têm sido considerados desafios interligados, essa preocupação deve se refletir em ações requerendo que as sociedades satisfaçam as necessidades humanas através do aumento do potencial de produção e da certeza de oportunidades econômicas, sociais e políticas iguais a todos, indo de encontro a definição de Carson (1996), que define o desenvolvimento sustentável como um processo dinâmico, destinado a satisfazer as necessidades atuais sem comprometer a capacidade de

gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. Essa relação é necessária porque é necessário manter-se um equilíbrio entre a base de recursos que sustenta o desenvolvimento e sua deteriorização. Segundo Hogan e Vieira (1995, p. 2):

[...]ser socialmente justo e atualmente, quando se discutem a necessidade e a urgência da adoção de novos estilos de desenvolvimento capazes de superar os desequilíbrios econômicos, sociais e ambientais, na verdade aponta-se para uma nova perspectiva no debate: até que ponto a sociedade brasileira estaria preparada para a adoção das mudanças necessárias? Dado que qualquer estilo de desenvolvimento econômico que se adote deveria ser ecologicamente sustentável.

Sachs (1993), considera o termo desenvolvimento sustentável como uma atualização do ecodesenvolvimento usado desde a década de setenta. Considera também que para se planejar desenvolvimento deve-se considerar simultaneamente cinco dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

Sustentabilidade social: civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, reduzindo o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

Sustentabilidade econômica: deve se tornar possível através da alocação e do gerenciamento mais eficientes dos recursos e do fluxo constante de investimentos públicos e privados.

Sustentabilidade Ecológica: ampliar a capacidade dos recursos da Terra; limitar o consumo de combustíveis fósseis, reduzir o volume de resíduos e poluição; autolimitação do consumo material pelos países ricos; intensificação da pesquisa de tecnologias limpas; definir normas para uma adequada proteção ambiental.

Sustentabilidade Espacial: voltada para uma configuração rural – urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas.

Sustentabilidade Cultural: incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da

continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento e um conjunto de soluções específicas para a cultura, o local e o ecossistema.

O desenvolvimento sustentável não deve colocar em risco a atmosfera, água, solo, ecossistemas que mantêm a vida na Terra. Trata-se de um processo de mudança no qual o uso de recursos, programas econômicos, desenvolvimento tecnológico, crescimento populacional e estruturas institucionais estão em harmonia, e elevam o potencial atual e futuro de progresso humano, destinado a satisfazer as necessidades atuais sem comprometer a capacidade de gerações futuras sobre o meio ambiente. É um processo de decisão, baseada num consenso, no qual o impacto das atividades econômicas (a economia), o meio ambiente (ecossistema) e a saúde (bem estar) da sociedade estão integrados e equilibrados, sem comprometer a capacidade de as gerações presentes e futuras satisfazerem suas necessidades, de modo que, a economia, o meio ambiente e a saúde da sociedade, possam ser sustentados no futuro. (GREEN GROWING, 1998).

2.3 TECNOLOGIAS LIMPAS

A Tecnologia Limpa integra o elenco das soluções comumente adotadas para resolver os problemas de contaminação do meio ambiente. Algumas campanhas ambientalistas promovidas pela ONG Greenpace na década de 80, procuravam despertar as autoridades e empresários para a necessidade “de uma mudança mais profunda na forma de produzir”, Furtado (2000).

A geração dos resíduos perigosos, pouco comuns nas sociedades primitivas, só começou efetivamente a incomodar quando se intensificou o processo de industrialização na sociedade ocidental. Organizações governamentais, institutos de pesquisa e universidades têm pesquisado novas alternativas para o modelo industrial gerador de afluentes, resíduos, lixos,

produtos e processos tóxicos para o homem e o meio ambiente. É fato que a destinação dos resíduos gerados pela sociedade se torna mais complexa à medida que aumentam a população, o nível de industrialização e o consumo de materiais produzidos em grande diversidade.

Para Maimon (1996), Tecnologias Limpas podem ser conceituadas como “ a utilização contínua de uma estrutura ambiental integrada, preventiva e aplicada visando a aumentar a eco-eficiência e reduzir risco para os seres humanos e para o meio ambiente”.

Segundo Valle (1995), com a adoção do conceito de tecnologia limpa, os processos produtivos utilizados na empresa devem passar por uma reavaliação e podem sofrer modificações que resultem em:

- a)- Eliminação do uso de matérias-primas e de insumos que contenham elementos perigosos;
- b)- Otimização das reações químicas, tendo como resultado a minimização do uso de matérias-primas e redução, no possível, da geração de resíduos;
- c)- Segregação, na origem, dos resíduos perigosos dos não-perigosos;
- d) - Eliminação de vazamentos e perdas no processo;
- e) - Promoção e estímulo ao re-processamento e à reciclagem interna;
- f) - Integração do processo produtivo em um ciclo que também inclua as alternativas para destruição dos resíduos e a maximização futura do reaproveitamento dos produtos.

O conceito de Produção Limpa começou a ser incluído nas novas estratégias de administração industrial, ganhou dimensão com a programação ‘Mais Limpa’ criado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), cujo conceito compreende aplicar uma estratégia ambiental nos processos e produtos da indústria, de forma sistêmica com o propósito de prevenir riscos ao meio ambiente e ao ser humano, minimizar o uso de matérias primas, energia e geração de resíduos.

De acordo com Furtado (2000), Produção Limpa e Produção Mais Limpa são distintas quanto a determinados princípios, mas ambas defendem a preservação de resíduos na fonte, a exploração sustentável de fontes de matéria prima, a economia de água e energia e o uso de outros indicadores ambientais para as indústrias.

Os objetivos da Produção Limpa e da Produção mais Limpa (*Cleaner Production*) em princípio não diferem entre si quanto à eficiência e prevenção da poluição na fonte, na aplicação de métodos de Análise do Ciclo de Vida e na redução e preservação de riscos para as populações e o ambiente em geral.

De acordo com a Gazeta Mercantil (1996) as tecnologias limpas podem ser classificadas em três categorias:

- a) -As de primeira geração: tecnologias que reduzem a poluição, mediante a incorporação de equipamentos de controle, sem modificar o processo de produção;
- b) -As de segunda geração: inovações de caráter preventivo que consiste tanto na redefinição dos processos de produção quanto na composição de matéria prima e insumos, e;
- c) -As de terceira geração: inovações associadas ao campo da biotecnologia, dos novos materiais e da eletro-eletrônica, que possibilitam uma larga substituição de materiais tóxicos de consumo difundido, por outros menos tóxicos.

Teoricamente, a tecnologia limpa é escolhida porque é ambientalmente amigável. Entretanto, existem afirmações de que esta opção é determinada por fatores econômicos, técnicos e estratégicos, os quais nem sempre têm ligação com a preservação do meio ambiente.

De acordo com Misra (1996), tecnologias limpas são processos de manufatura que permitem a:

- a) redução da quantidade de efluentes, que poluem o meio ambiente; e

- b) realiza o uso mais racional para matérias primas e energia, conseguindo custos mais razoáveis.

Segundo Pereira e Alperstedt (1996, p.3), tecnologia limpa significa menos insumos, gerando menos poluição, visto que poluição é sinal de ineficiência e perda de lucro.

De acordo com Schenini (1999, p.41),

a implementação de tecnologias limpas é possível em qualquer atividade industrial, independente do tamanho que a organização tenha. Em consequência, as tecnologias limpas constituem um grupo de métodos que poderão ser escolhidos, para cada caso de acordo com o problema específico da empresa.

As principais metodologias para implantação dessas tecnologias, segundo Misra (1996), são a otimização do processo existente, a modificação nos processos e a substituição de processos produtivos.

Partindo-se do pressuposto que tecnologia é um conjunto de conhecimentos que se aplicam a determinadas atividades visando maximizar benefícios, melhoria ou desempenho, pode-se afirmar com segurança que as tecnologias limpas são o caminho para alcançar-se o Desenvolvimento Sustentável.

2.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Na sociedade atual a responsabilidade das empresas tem sido um tema de destaque, é crescente o movimento em busca da ética e da responsabilidade corporativa. A imagem que as empresas querem ter perante o mercado exige necessariamente uma política corporativa de Responsabilidade Social, ou seja, deve se considerar não só os aspectos econômicos mas também os aspectos sociais e ambientais. A busca pelo progresso e desenvolvimento do país colocam empresas e governo lado a lado, tanto na busca pelo progresso quanto no desenvolvimento de ações sociais capazes de diminuir a mundialmente conhecida diferença

social existente no país. Segundo Grajew (2001. p. 30) , “no Brasil, muitos empresários estão percebendo que não é mais compatível a convivência entre empresas prósperas e uma sociedade deteriorada”. As prioridades devem ser repensadas de forma que as organizações encontrem formas de atuar de forma efetiva junto ao seu ambiente, desenvolvendo ações sociais que tenham importância para a sociedade.

Percebe-se que ao longo da história das organizações formais a constante preocupação em desenvolver ferramentas e métodos capazes de garantir o principal objetivo e razão de ser destas organizações: a maximização de seus lucros. Dessa forma a sociedade foi relegada apenas ao rótulo de consumidor, esquecendo-se do desenvolvimento social.

Os problemas foram surgindo junto à sociedade e por fim incidiram sobre as próprias organizações econômicas, dificultando o desenvolvimento de seus negócios e o seu crescimento. Foi assim, que a responsabilidade social deixou de ser apenas um problema do Estado. Melo Neto e Froes (2001) afirmam que:

Diante da incompetência dos Governos federal, estaduais e municipais na busca de soluções inovadoras para os problemas sociais, os empresários, mais confiantes em suas capacidades de decisão e ação, chamaram para si o exercício da responsabilidade social.

A responsabilidade social corporativa se refere a um estágio mais avançado do exercício da cidadania corporativa.

Atualmente a nova palavra de ordem é comunidade, e com isso as empresas passam a ter como meta além da admiração e respeito perante o mercado, a criação de estruturas internas capazes de desenvolver mecanismos de relacionamento com a comunidade a sua volta, não simplesmente respeitando-a, mas atuando de forma ativa para, dentro de um novo contexto social e cultural, desenvolver sua comunidade e seus indivíduos em prol de uma sociedade melhor.

Para Melo Neto e Froes (2001), existe uma grande diferença entre as ações de responsabilidade social e as ações de filantropia. Esses autores afirma que a responsabilidade social está diretamente relacionada com a promoção da cidadania e com a sustentabilidade e a auto-sustentabilidade das comunidades, enquanto a filantropia se baseia em ações assistencialistas que visam contribuir para a sobrevivência de grupos sociais desfavorecidos.

Melo Neto e Froes (2001, p. 28) ilustram as diferenças entre a filantropia e a responsabilidade social:

FILANTROPIA	RESPONSABILIDADE SOCIAL
Ação individual	Ação coletiva
Fomento da caridade	Fomento da cidadania
Base assistencialista	Base estratégica
Restrita a empresários filantrópicos e abnegados	Extensiva a todos
Prescinde de gerenciamento	Demanda gerenciamento
Decisão individual	Decisão consensual

Quadro 2: As diferenças entre a Filantropia e a Responsabilidade Social.
Fonte: Melo Neto e Froes (2001, p. 28)

Há bem pouco tempo bastava às empresas pagarem seus impostos, oferecer bons produtos e serviços e tratar de forma ética seus fornecedores e parceiros para obter uma boa imagem perante o mercado. Todavia, as exigências foram aumentando e passou a ser necessário o desenvolvimento de políticas que englobem o bem estar, em todos os sentidos, inclusive dos funcionários.

Para uma empresa ser considerada socialmente responsável é necessário avançar na construção de uma comunidade que busca o melhor para todos os seus membros, e não apenas cumprir com o que foi legitimado em lei. Segundo Camargo e Franco (2000, p. 92):

Responsabilidade social – conceito adotado para organizações privadas socialmente responsáveis – refere-se às estratégias de sustentabilidade a longo prazo das empresas que, em sua lógica de desempenho e lucro, passam a contemplar a preocupação com os efeitos sociais e/ou ambientais de suas atividades, com o objetivo de contribuir para o bem comum e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

A ênfase recai sobre o padrão de comportamento social, econômico, cultural e político predominante nas empresas socialmente responsáveis, que necessitam de um novo modelo de negócios, mais condizente com as exigências da sociedade moderna. Responsabilidade Social é necessariamente compromisso social onde a atuação da organização envolve compromisso com ações sociais como parte de uma estratégia, com eficácia avaliada de forma permanente e com orçamento próprio, além de uma equipe responsável pelo desenvolvimento e supervisão dos projetos. Portanto, responsabilidade social vai além de ações filantrópicas, em muitos casos esporádicas, sem planejamento ou orçamento prévio.

2.5 ASPECTOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS

O diagnóstico de viabilidade é de suma importância ao empreendimento, desde sua iniciação até o seu desenvolvimento no cenário econômico. A implantação de um novo negócio requer prever-se com antecedência o capital a ser investido, quais os riscos para recuperação do mesmo e em quanto tempo se obterá este retorno. Segundo Chiavenato (1995) o projeto do negócio deve conter características e informações relativas a sua implantação. Conferindo ao projeto o caráter de guia do empreendedor, economizando tempo e orientando a tomada de decisões.

Mérito financeiro:

Para Buarque (1984 p.136) “Há diferentes formas de medir o mérito ou a rentabilidade privada de um projeto, tais como: a rentabilidade simples, o tempo de retorno do capital, a taxa interna de retorno e o valor atual líquido.”

Mérito econômico:

Segundo Buarque (1984), a avaliação econômica, ou análise custo-benefício, apresenta os mesmos princípios básicos da avaliação privada, com a única e importante diferença de que, no caso da avaliação econômica, os benefícios e os custos do projeto são apresentados de acordo com seus valores econômicos e não privados (ou de mercado).

a) – Investimentos iniciais:

Os investimentos iniciais são compostos pelos

Investimentos fixos;

Capital de Giro;

Outras despesas.

b) – Investimentos fixos:

Os investimentos fixos consistem no investimento em bens imóveis e móveis que permitem o funcionamento da empresa e são fundamentais para estabelecer se existe viabilidade ou não do projeto. Os investimentos são medidos a partir dos seguintes desembolsos:

- Construções
- Obras de infra-estrutura básica
- Instalações
- Máquinas, equipamentos e utensílios
- Capacitação de recursos humanos
- Processo de legalização da empresa
- Sistemas operacionais
- Lançamento do produto e imagem da empresa

Segundo Buarque (1984), nesta etapa alguns itens devem ser calculados pelo projetista:

- a) Custos de aquisição do terreno em caso de construção de edifício próprio, incluindo gastos legais de escritura, impostos, taxas, registros, e outros gastos.
- b) Custos da construção de todas as edificações civis necessárias, ou em caso de aluguel.
- c) Custos das obras complementares à construção civil como esgotos e canalizações de água, luz, etc.
- d) Valores dos equipamentos e máquinas a serem adquiridas para uso direto ou indireto na empresa devendo-se levar em consideração o preço dos impostos, fretes e gastos com instalações.

- e) Estimar os gastos com a aquisição de móveis, utensílios e veículos a serem utilizados.
- f) Estabelecer uma margem de erro ao orçamento, geralmente calculado como uma percentagem da soma dos investimentos fixos e que varia de acordo com a experiência existente sobre este tipo de projeto.

Essas considerações buscam diminuir a margem de erro na elaboração do projeto.

c) Capital de giro:

É o fluxo de entrada e saída de dinheiro, em um certo período de tempo que assegura à empresa o desempenho normal de suas atividades desde o início do ciclo operacional até o seu final. Incluindo-se o recebimento das vendas e o financiamento das vendas a prazo é assim definido por Dolabela (1999) diz respeito ao aluguel do imóvel, pró-labore, salários e encargos, telefone, luz, depreciações, etc.

O capital de giro atende as necessidades de compras de mercadorias e dos demais custos do funcionamento da empresa até que ela concretize o recebimento das vendas e reinicie o ciclo operacional.

Pode se afirmar que sem o capital de giro é praticamente impossível se operar, pois sem liquidez o poder de compra diminui, aumentando-se as dívidas com pagamento à prazo, onde estão embutidos os juros. O capital de giro é necessário para operar o empreendimento durante a fase de implantação e fixação no mercado, deve estar previsto no cálculo dos investimentos iniciais.

d) Custos operacionais

São as despesas que envolvem os custos fixos, custos variáveis e a apuração de resultados (lucro) e que possibilitam o funcionamento de qualquer empresa. Para Buarque (1984) existem dois tipos de custos: os custos de instalação da unidade de produção e os custos do processo em si. O primeiro é chamado de custos de investimento ou custos de capital ou somente investimentos, enquanto o segundo é o custo de operação ou de produção, administração e vendas.

Custos fixos: são aqueles independentes de produção, que não poderão ser dispensados, por exemplo: Energia elétrica, telefone, honorários do contador, folha de pagamento, manutenção e conservação, divulgação, combustível, aluguel, pró-labore.

Custos variáveis: também conhecido por custos de comercialização, são aqueles envolve todas as despesas provenientes do processo de venda do produto e ou produção, por exemplo, em se tratando de empreendimento turístico: impostos, insumos para o restaurante (material de limpeza, alimentos, bebidas, gás), comissão para agentes de viagem e cartões de crédito.

e) Apuração de resultados

Também conhecida por lucro, é medida a partir da diferença entre o total da receita e o custo total (soma dos custos fixos e variáveis).

A margem de lucros é obtida pela diferença entre o preço de venda e os custos.

f) Preço de venda

O preço é um indicador de todos os elementos que compõem o empreendimento, designando uma troca pecuniária para compensar serviços prestados. Para definir o preço final do serviços/produtos dois fatores são essenciais: o mercado e o giro (movimento financeiro).

g) Projeção de vendas e retorno do investimento

Os métodos de avaliação de investimentos são indicadores do tempo necessário para recuperar o capital aplicado no negócio. Pode-se utilizar o período pay-back, a taxa interna de retorno e o valor presente líquido.

O período pay-back, ou também dito recuperação de investimento, é o tempo necessário para o futuro empreendedor recuperar o capital aplicado.

Este método iguala o valor presente líquido ao investimento inicial realizado pelo empreendedor. Caso a taxa interna de retorno for maior do que a taxa de retorno esperado pelo empreendedor o projeto pode ser aceito, caso contrário rejeita-se o investimento no projeto.

O valor presente líquido (VPL) servirá de uma análise do empreendimento mediante a uma taxa de retorno estabelecida pelo empresário. Se o valor do VPL for positivo indicará que a empresa proporcionará um retorno acima das expectativas do empresário, enquanto se o valor for negativo significará que o retorno ficou abaixo do esperado.

i) Ponto de equilíbrio

Significa a quantidade que equilibra a receita total com a soma dos custos e despesas relativos aos produtos vendidos. Para Buarque (1984) ponto de equilíbrio “é o nível mínimo de produção e venda em que uma fábrica pode funcionar ‘autonomamente’, ou seja, sem perdas.”

Ponto de equilíbrio econômico:

É a quantidade que iguala a receita total com a soma dos custos e despesas acrescidas de uma remuneração mínima (custo de oportunidade) sobre o capital investido pela empresa.

Ponto de equilíbrio financeiro

É a quantidade que iguala a receita total com a soma de custos e despesas que representam desembolso financeiro para a empresa. Neste caso, os encargos da depreciação são excluídos por não representarem desembolso para a empresa.

2.6 POUSADAS RURAIS

De acordo com a classificação dos meios de hospedagem da EMBRATUR (1996), pousada é um estabelecimento situado em locais turísticos, fora dos centros urbanos, com o propósito de receber pessoas em viagens de recreação e lazer. Pode estar instalada ou não em um prédio de valor histórico ou de importância regional ou local.

Para Pertrocchi (2002), o termo pousada resume-se em meio de hospedagem mais simplificado e normalmente limitado ao necessário à hospedagem. Costa, S. et. al (2002) afirma que as pousadas são diferenciadas dos demais hotéis por serem instalações de porte

reduzido, em geral administradas por membros da família, com jeito informal. Porém, o tamanho não interfere nas exigências da modernidade e dos consumidores, que cada vez exigem mais qualidade nos serviços. Os pousadeiros passaram a investir na qualidade e na profissionalização do setor, que por possuir uma estrutura organizacional menor, pode conceder tratamento personalizado a seus hóspedes.

Costa, S. et al (2002, p. 13) apresenta uma distinção entre os principais tipos de empreendimentos:

- 1) pousadas pequenas, de até cinco unidades habitacionais (UH's), operadas por uma família com o auxílio de um ou dois funcionários, onde o mais importante é garantir a sobrevivência dos donos.
- 2) pousadas médias, de cinco a vinte unidades habitacionais, operadas pelos proprietários com uma equipe de funcionários, onde há preocupações com a gestão, o atendimento ao cliente, a lucratividade, o marketing, etc.
- 3) pousadas médias ou grandes, com 30 unidades habitacionais ou mais, concebidas sobretudo como investimentos e operadas em base totalmente profissionais, com utilização de serviços de consultoria específicos para cada etapa da obra, metas e prazos de retorno do capital.

A propriedade Lando & Frozza, escopo de estudo deste trabalho, enquadra-se na primeira alternativa.

a) Pousada Rural

Ao se investir na atividade de Turismo na propriedade rural, mais especificamente na implantação de uma pousada, é grande a responsabilidade do proprietário rural ou do

agricultor e de sua família. Antes de se iniciar um empreendimento há a necessidade de entender o meio em que se irá atuar, assim, podemos definir a atividade de uma pousada rural segundo as palavras de Feuser (2000, p. 18), “atividade realizada no espaço rural composta por uma oferta integrada do ócio, dirigida a uma demanda cuja motivação é o contato com o entorno característico e que tem uma inter-relação com a sociedade local”.

Conhecidas e cotadas por sua experiência na arte de acolher, as pousadas rurais são uma opção de meio de hospedagem tanto em fazendas como em pequenas e médias propriedades rurais. Podem oferecer comidas e bebidas típicas de acordo com a especialidade gastronômica da região ou atuar de maneira integrada com restaurantes rurais e demais atrativos do meio.

Suas instalações são rústicas e confortáveis, aproveitando elementos da cultura e natureza local para decoração. Geralmente está vinculada a algum forte atrativo na propriedade ou região tal como um processo produtivo de interesse turístico, arquitetura típica e demais elementos da cultura local ou mesmo, atrativos naturais e roteiros integrados.

2.7 TURISMO RURAL E ECOLÓGICO

Os diversos tipos de serviços de turismo oferecidos no espaço rural tem-se multiplicado e termos como agroturismo, turismo verde, turismo no interior, ecoturismo são usados para se referir à atividade turística no espaço rural e se confundem muitas vezes.

Segundo a EMBRATUR (1996), Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

Graziano (1998) conceitua agroturismo como sendo:

[...]atividades internas à propriedade que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.) a partir do tempo livre das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa.

Ainda segundo Graziano (1998) são exemplos de atividades associadas ao agroturismo: a fazenda hotel, o pesque pague, a fazenda de caça, a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do produtor, o artesanato, a industrialização caseira, e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo.

Para Molleta e Leyser (1999), quando devidamente planejado e orientado, o turismo rural propicia diversos benefícios, tais como:

- a) Diversificação da renda: cria uma nova receita financeira à atividade já existente na zona rural. Além disso, promove a criação de mercado para os produtos tradicionais das propriedades, absorvendo o excesso da produção;
- b) Geração de empregos: o turismo rural procura garantir a manutenção das atividades agrícolas tradicionais, pois esse é seu maior atrativo. Conseqüentemente, oportuniza a manutenção da família rural no campo ocupando sua mão-de-obra;
- c) Efeito multiplicador: o turismo rural pode desencadear uma série de benefícios no núcleo receptor, pois um gasto turístico propaga-se pela economia local, gerando outras despesas como pagamento de insumos, matéria-prima ou salários, sem os quais o turista não teria sido atendido. Por outro lado, essa atividade também estimula uma série de atividades produtivas, sejam elas na própria localidade ou em propriedades vizinhas, como por exemplo, a produção de alimentos ou artesanatos.
- d) Preservação do patrimônio natural: o turista que busca o meio rural procura situações que propiciem maior contato com a natureza, criando oportunidades para aumentar a consciência ambiental tanto dos visitantes como da população local;

- e) Preservação do patrimônio cultural: o turista busca um maior contato com os aspectos culturais e históricos do meio rural. Dessa forma, a atividade procura preservar a cultura local através do seu resgate e valorização, criando situações para que o turista possa vivenciá-la, seja na gastronomia, pelo uso de objetos, em função da comercialização do artesanato, pelo tipo de móveis e da arquitetura existente, seja de outras formas;
- f) Desenvolvimento do espírito de parcerias: o turismo rural, quando trabalhado sob a forma de parceria com todos os produtores da região, obtém resultados imediatos e mais eficazes do que se fosse mantido isolado;
- g) Melhoria na formação educacional do homem do campo: para a maioria dos produtores rurais, o turismo rural é uma atividade para a qual eles devem capacitar-se. A aquisição de novos conhecimentos não só melhora o nível de serviços oferecidos à clientela, como também amplia o benefício para o desenvolvimento geral do meio rural;
- h) Melhoria da qualidade de vida local: além de ser uma nova forma de gerar renda, a prática do turismo rural gera a melhoria na infra-estrutura básica (água, luz, telefonia, estradas, dentre outros).

Segundo Sartor (1981), o turismo rural representa a produção de bens e serviços turísticos, destinados a satisfazer clientes que são atraídos pelo ambiente rural.

Tomando como parâmetro os conceitos relacionados e considerando que os diversos tipos de serviços de turismo oferecidos no espaço rural tem se multiplicado, com opções de entretenimento não só nas propriedades agropecuárias produtivas, mas também fora delas. Dessa forma, podemos considerar que a atividade rural seria a soma de relações e serviços gerados pelo deslocamento de pessoas ao meio rural, englobando-se o conjunto de serviços, hospitalidade, atividades de lazer disponíveis na propriedade, de forma que essas atividades

sejam desenvolvidas com o objetivo de satisfazer a necessidade do visitante de estar em contato com o meio rural, de forma a desfrutar dos recursos naturais e relacionando-se com a sociedade local.

A procura pelo turismo de moldes rurais e seu desenvolvimento dá-se ao promover o intercâmbio entre as pessoas viventes da cidade e o meio rural. O turismo rural é conhecido como a atividade que ocorre na zona rural, integrando a atividade agrícola pecuária à atividade turística. Tais atividades, caracterizadas pelo aproveitamento do meio ecológico, convertendo-se em oferta de serviços diferenciados para cidadãos moradores em zonas urbanas.

De fato, observa-se que as definições de turismo rural em diversos países apontam sempre em critérios comuns: serviços turísticos e meio rural. Garcia (1995) cita vários exemplos de definições semelhantes para a expressão “turismo rural” provindas de uma série de países como França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Reino Unido e Espanha, que invariavelmente estão centradas em serviços de hospedagem, lazer e entretenimento, gastronomia e resgate cultural em espaços predominantemente rurais. Todavia, Oxinalde (apud ALMEIDA, FROEHLICH E RIED, 1998) alerta para as diversas modalidades que o turismo rural engloba e que seguem a linha ecológica e ambientalista de tal forma que o turismo rural é a soma do ecoturismo e turismo verde, turismo cultural, turismo esportivo, agroturismo e turismo de aventura. Ainda, segundo contextualização da Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR) considera o turismo no espaço rural onde que são desenvolvidas atividades turísticas rurais, ecológicas, de aventura, culturais e esportivas.

a) Turismo ecológico

Segundo a EMBRATUR (1996), pode-se definir turismo ecológico ou ecoturismo como “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio

natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

A prática do turismo ecológico envolve o desenvolvimento de vasta rede de locais para acomodação, além de esgoto e saneamento básico para atendê-los. A atividade deverá ser exercida com cuidados fundamentais para sustentabilidade da atividade, considerando o dimensionamento do número de visitantes e do fluxo de transporte, a adoção de parâmetros para a implantação da infra-estrutura e o respeito e valorização da cultura local. A apropriação e o uso dos recursos naturais devem ser conduzidos de maneira a permitir a harmonização entre meio ambiente socialmente justo e ecologicamente equilibrado.

Deve-se conservar os sistemas de sustentação da vida fornecidos pela natureza, a diversidade biológica e os recursos renováveis. Os sistemas de sustentação da vida fornecidos pela natureza são os processos ecológicos que determinam o clima, purificam o ar e água, regulam o fluxo de água, reciclam os elementos essenciais, criam e regeneram o solo, e mantêm o planeta adequado à vida.

A atividade ecoturística é uma atividade essencialmente saudável, podendo comportar uma forte sinergia entre a prática esportiva e a natureza. Dentre as modalidades de ecoturismo, destacam-se: caminhadas, campismo, canoagem, observação da natureza (turismo contemplativo), viagens a pé, cavalgadas e banhos de mar e cachoeira.

Segundo o IBAMA (1994), os benefícios econômicos, sociais e ambientais do ecoturismo são: diversificação da economia regional (micros e pequenos negócios); geração local de empregos; fixação da população no interior; melhorias na infra-estrutura de transporte, comunicação e saneamento; criação de alternativas de arrecadação para as Unidades de Conservação; diminuição de impacto sobre o patrimônio natural e cultural; diminuição de impacto no plano estético-paisagístico; e melhoria nos equipamentos das áreas protegidas.

Pellegrini (1999) apresenta um novo conceito ao afirmar que o turismo ecológico tem sido importante aliado na luta pela preservação e conservação do meio ambiente natural, sendo que o turismo em si pode vir a ser um fator de amparo e preservação ativa de bens da natureza e da cultura.

2.8 LIMITES LEGAIS

A exploração do turismo ecológico, como qualquer outra atividade empresarial é desenvolvida dentro de certos limites legais, os quais tem como objetivo a minimização dos impactos ambientais, através da regularização das atividades. O homem em contato estreito com a natureza, acaba por gerar danos ao ecossistema, desequilibrando uma harmonia naturalmente perfeita, cabendo ao ordenamento jurídico limitar sua ação destrutiva. Um dos requisitos especiais para a implantação de uma atividade empresarial é a licença ambiental, a qual é exigida apenas de empreendimentos listados entre aqueles considerados potencialmente causadores de degradação ambiental, segundo a Portaria Intersectorial nº 01/92, da Secretaria de Estado da Tecnologia, Energia e Meio Ambiente e Fundação do Meio Ambiente - FATMA, porém as modalidades de turismo ecológico não estão incluídas na listagem de atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, sendo desnecessária a prévia aquisição de licença ambiental para seu desenvolvimento.

A Constituição Federal de 1988, ditando regras gerais a respeito, vem garantir a todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado, determinando que sejam preservados e restaurados os processos ecológicos essenciais, assim como provido o manejo das espécies e ecossistemas. Determina, por fim, a proteção da fauna e da flora, vedando, desde logo,

práticas que coloquem em risco a função ecológica das mais variadas espécies, prevenindo sua extinção e vedando o tratamento cruel a animais.

A Lei nº 5.197/67 cuida da proteção à fauna silvestre, estendendo sua proteção a todos os animais que vivem fora do cativeiro, determinam serem estes de propriedade do Estado, juntamente com seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, vedando expressamente sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

O ordenamento jurídico vigente estabelece uma série de normas protetivas ao ambiente e limitantes a atividade econômica, entre elas a prestação de serviços turísticos. A Lei Magna do país, de 1988, em seu art. 225, §1º, IV, exige um estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de obra ou atividade causadora de significativa degradação do meio ambiente. Com relação a Legislação Estadual, também nos deparamos com diversas normas que buscam regular e proteger o ambiente, demonstrando que as áreas ambientais são do âmbito de preocupação do Estado de Santa Catarina, conforme se verifica na lei em vigor : 10.973,98 que, em seu art. 3º, § 2º descreve que:

A instalação e a expansão de atividades empresariais, públicas ou privadas dependem da apreciação e licença do órgão competente do Estado responsável pela proteção e melhoria do meio ambiente, ao qual serão submetidos os projetos acompanhados dos relatórios de impacto ambiental.

Isto nos mostra que a licença dos órgãos competentes é de grande importância, cabendo a eles a aprovação ou não da instalação de toda e qualquer atividade empresarial no Estado.

3 METODOLOGIA

No desenvolvimento de um estudo há vários métodos que em conjunto conduzem a um determinado caminho em busca de um resultado. Nos capítulos anteriores foram apresentados a revisão bibliográfica relativa a sociedade e meio ambiente, turismo no espaço rural, a necessidade da preservação ambiental e ecológica, e o desenvolvimento sustentável para sua viabilidade e seus aspectos econômicos. Neste capítulo é descrita a metodologia utilizada na coleta e análise do conteúdo.

A opção de desenvolver esta pesquisa junto a propriedade Lando & Frozza, localizada junto ao município de Vargeão foi por conhecer a realidade de alguns dos pequenos produtores rurais desse município e suas dificuldades para se manterem no campo, bem como por conhecer a realidade da população local. A escolha da propriedade Lando & Frozza deveu-se ao fato de ser uma propriedade que possui características para a prestação de serviços turísticos, sem abandonar a atividade primária: a agricultura, e a criação de suínos.

A abordagem usada foi a qualitativa, segundo Triviños (1995) é desenvolvida com base no exame detalhado dos fenômenos que ocorrem no ambiente estudado, por essa razão ela se torna coerente, lógica e consistente.

3.1 TIPO DE ESTUDO

Neste trabalho a pesquisa se caracteriza como exploratória descritiva. A pesquisa exploratória auxilia na formação da base conceitual de um determinado assunto, onde o pesquisador aprofundará seus conhecimentos acerca do problema de pesquisa. Segundo Mattar (1996, p.18) a pesquisa exploratória visa prover o pesquisador de maior conhecimento

sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva. E mesmo quando já existe conhecimento do pesquisador sobre o assunto, ela se faz útil, pois normalmente para um mesmo fato poderá haver inúmeras explicações alternativas, e sua utilização permitirá ao pesquisador tomar conhecimento, senão de todas, da maioria delas. E descritiva porque “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno (VERGARA, 1998 p. 55) sem o compromisso de explicá-lo. Um dos estudos descritivos denomina-se estudo de caso permite conhecer a realidade específica que foi pesquisada e se destaca por constituir uma unidade dentro de um sistema mais amplo, sendo assim não pode ser generalizado.

3.2 COLETA DE DADOS

No estudo de caso, o pesquisador utiliza uma variedade de dados coletados em diferentes momentos adotando como técnicas a entrevista e a observação. (GODOY, 1995)

Foram utilizadas as seguintes técnicas:

Entrevista semi-estruturada: realizada com os dois proprietários da propriedade escopo da pesquisa. Segundo Richardson (1989), a entrevista é considerada como um conjunto de perguntas preestabelecidas com o objetivo de levar o entrevistado a responder.

Observação pessoal: na tentativa de obter aspectos da realidade objeto de estudo, fez-se o uso de observação pessoal *in loco*.

4 LEVANTAMENTO E ANÁLISES

4.1 O MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O município de Vargeão foi criado em 16/03/1964, por desmembramento de Faxinal dos Guedes que anteriormente pertencia à Xanxerê. Segundo informações encontradas junto à página do site de Vargeão², é possível que em Vargeão houvessem alguns raros habitantes já antes de 1900, dada as características da região e sua relativa proximidade da colônia militar de Xanxerê, instalada em 1882. Somente décadas depois se deu a geral penetração de agricultores, principalmente italianos, vindos do Rio Grande do Sul.

O município tem sua base econômica na agricultura, pecuária, suinocultura e avicultura. As propriedades rurais produzem principalmente milho, peça importante no desenvolvimento do município.

Segundo publicação no Jornal Folha de São Paulo por REINALDO JOSÉ LOPES (01/09/2003). Os pesquisadores do Instituto de Geociências da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) já confirmaram que o Domo de Vargeão foi causada pela queda de um objeto celeste com cerca de 600 metros de diâmetro(anexo I), que caiu entre 110 milhões e 60 milhões de anos atrás, formou uma cratera de 600 metros e colocou a pequena cidade de Vargeão no mapa do desenvolvimento regional e turístico de Santa Catarina e do Brasil.

Intitulada a capital do Meteoro, Vargeão, com 3.500 habitantes, situa-se a 550 quilômetros de Florianópolis, fazendo parte da microrregião da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI).

² Fonte: www.vargeao.sc.gov.br

AMAI - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI

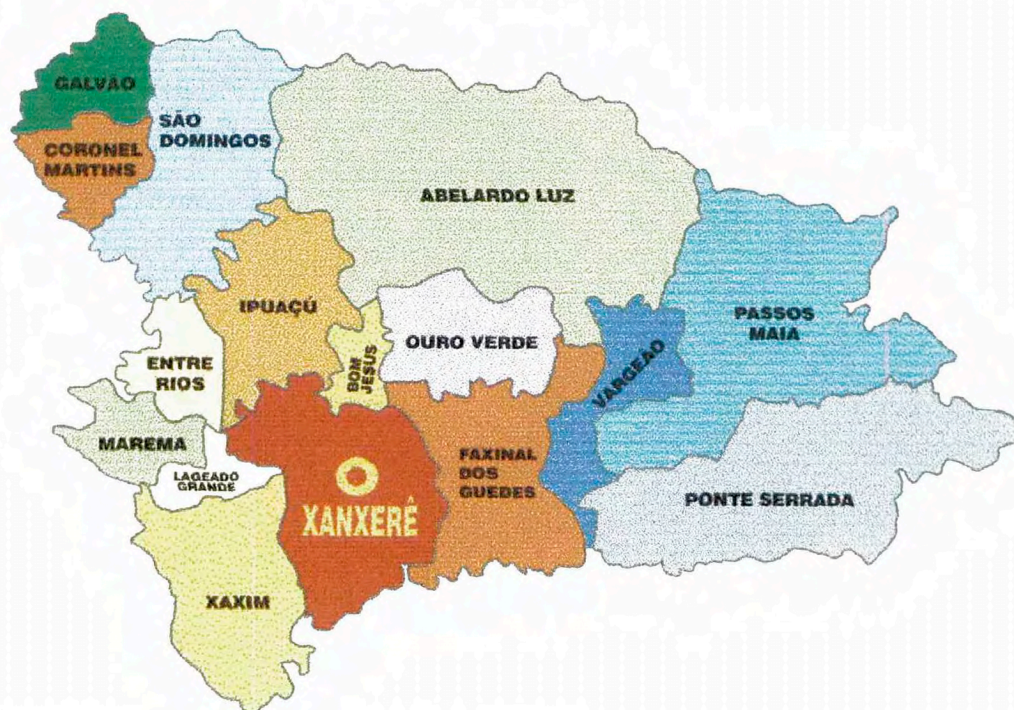
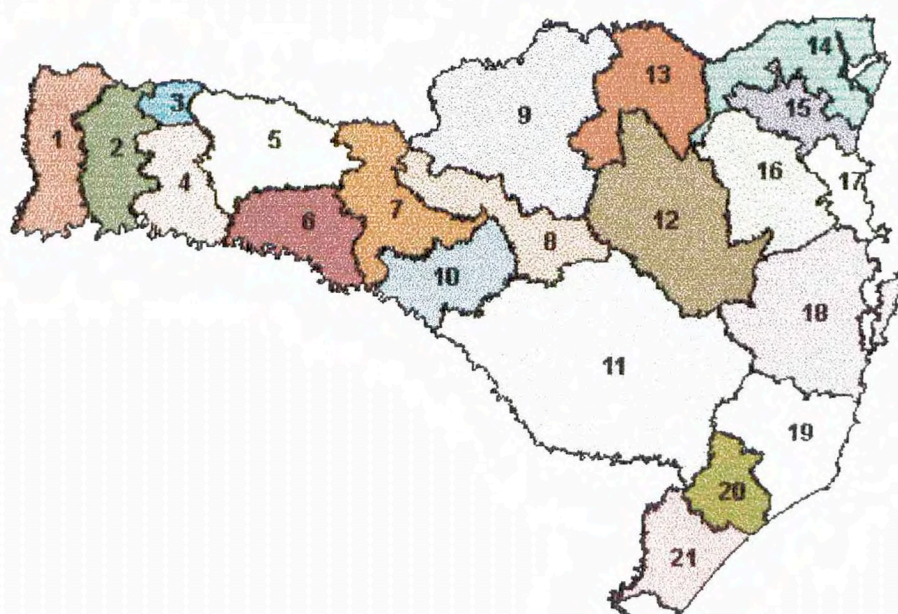


Ilustração 01 – Municípios que fazem parte da AMAI.

Fonte: www.icepa.com.br/agroturismo/mapa.htm



- 1 - **AMEOSC** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE CATARINENSE
- 2 - **AMERIOS** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS
- 3 - **AMNOROESTE** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE CATARINENSE
- 4 - **AMOSC** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA
- 5 - **AMAI** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI
- 6 - **AMAUC** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE
- 7 - **AMMOC** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MEIO OESTE CATARINENSE
- 8 - **AMARP** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
- 9 - **AMURC** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO
- 10 - **AMPLASC** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO SUL CATARINENSE
- 11 - **AMURES** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA
- 12 - **AMAVI** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ
- 13 - **AMPLA** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE
- 14 - **AMUNESC** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA
- 15 - **AMVALI** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPOCU
- 16 - **AMMVI** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ
- 17 - **AMFRI** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA FOZ DO RIO ITAJAÍ
- 18 - **GRANFPOLIS** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS
- 19 - **AMUREL** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA
- 20 - **AMREC** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA
- 21 - **AMESC** - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE

Ilustração 02 – Mapa de regionalização de SC.

Fonte: www.icepa.com.br/agroturismo/mapa.htm

Imagens de satélite, confirmadas por pesquisadores da Unicamp mostram imagens de uma grande estrutura circular, com diâmetro de 11 quilômetros, cuja borda sul, localiza-se na cidade de Vargeão, depressão topográfica com desnível de cerca de 150 metros em relação à superfície da região. Nas partes mais baixas da área central de Vargeão, ocorrem arenitos, que até recentemente eram usados como fonte de areia para a construção civil. Estudos recentes, iniciados dentre outros pesquisadores pelo padre Augusto Dalló, comprovam a utilidade da areia do local para tratamentos estéticos, terapêuticos e medicinais.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Com características de uma unidade de produção familiar a propriedade Lando & Frozza localiza-se distante 8 km da BR282 e a 16 Km do centro urbano da cidade de Vargeão, junto a zona rural do município, localidade de Ressaca Baixa.

Com uma área de 38 hectares de terras (um hectare equivale a 10 mil metros quadrados), dos quais parte de mata nativa, em torno de 30%, parte de reflorestamento 40%, pastagens e áreas para cultivo e plantio agrícola.

Desenvolve ainda atividades ligadas ao cultivo de cereais e raízes para subsistência e criação de suínos para comercialização, que rende trimestralmente a quantia aproximada de R\$5.000,00. Tendo como principais produtos agrícolas cultivados na propriedade o milho, feijão, mandioca e uma pequena variedade de frutas e verduras.

Possui algumas cabeças de gado:



Ilustração 03 – gado existente na propriedade

Os bois também são usados para auxílio na aragem da terra, em razão do terreno não ser todo regular, se tornando impossível o uso de trator para essa finalidade.

Existem ainda dois lagos nos quais há a pretensão de desenvolver a piscicultura, com a criação de peixes para a pesca, das espécies traíra, tilápia e carpa.

Há a benfeitoria principal da propriedade, uma casa de madeira com 160 m², sendo 07(Sete) quartos, 01(uma) sala de estar, 01(uma) sala de jantar, (01) ampla cozinha e 02 (dois) banheiros e possui ainda um porão de chão batido com 40m² (anexo II), onde fica a cantina, e que serve também para armazenamento dos embutidos feitos em casa, para consumo próprio.

A proposta para abertura de uma pousada rural, partindo da adequação das instalações para atender clientes, no município é uma idéia diferenciada de exploração da área turística. O desejo é fazer com que cada cliente sinta-se em casa, usufruindo o bem-estar, conforto e cuidados, num ambiente agradável e acolhedor, disponibilizando várias opções de lazer junto à natureza, onde o mesmo fará a escolha que melhor corresponda ao seu perfil.

A intenção é atender as necessidades específicas do cliente a partir do trabalho e do ambiente familiar, agregando valores humanos e éticos, com atendimento personalizado, que priorize e preserve a dignidade do cliente e o respeito por sua forma de ser, assegurando-lhe uma relação de qualidade, carinho e confiança.

Pôde se perceber que o entorno da propriedade justifica a possibilidade da criação do empreendimento, pois apresenta como características positivas:

- a) longe de estruturas ou infra-estruturas que provoquem ruído, vibrações, cheiro, fumos ou outros poluentes considerados perigosos para a saúde pública e perturbem ou interfiram no cotidiano dos clientes;
- b) situa-se em zona rural que dispõe de boa infra-estrutura, com ligação à linha de energia elétrica e telefone fixo. Quanto ao sinal de celular ainda não há disponibilidade. A área verde da propriedade ainda preserva os recursos naturais da região, com reserva florestal e outras qualidades apropriadas ao desenvolvimento de atividades ecológicas para o lazer



Ilustração 04 – vista parcial da propriedade

4.2.1 O acesso à propriedade:

A propriedade, embora fique localizada próxima a BR282, tem apenas dois acessos, um pelo sentido leste, outro pelo sentido sul. Ambos os trechos de aproximadamente 15 Km até a BR282.



Ilustração 05 - Acesso leste e acesso sul

Os trechos são de chão batido e o terreno acidentado, em dias de chuvas, dificulta o acesso de visitantes à propriedade. Desta forma, para que o empreendimento tenha sucesso, deverá ser providenciado ou requerido junto à Prefeitura do Município que dê atenção e manutenção, com infra-estrutura de escoamento da água das chuvas e aparando o mato que em alguns trechos invadem parte da estrada, o que valorizaria a região possibilitando uma vista da paisagem que costeia a estrada.

4.2.2 Atrativos da propriedade

A propriedade caracteriza-se pelo fato de ser contemplada com recursos naturais belíssimos que atraem muito a comunidade local, fato que impulsiona os proprietários a investir em um empreendimento nessa área.



Ilustração 06 – Cachoeira presente na propriedade

Na aplicação da entrevista questionou-se quanto aos atrativos que levariam o turista a escolher o empreendimento para hospedagem. Foi citado pelos entrevistados a tranquilidade do lugar, a preservação do meio ambiente e a cultura local.

A prioridade dos proprietários é melhorar o espaço já existente para que possam diversificar no lazer dos futuros clientes.

4.2.3 Preocupação com os recursos hídricos

A preocupação ambiental deve estar presente na exploração da propriedade pelos turistas que freqüentarem o empreendimento. Na propriedade há a passagem do rio Irani, muito importante para a economia da região. Para a propriedade, além de servir como meio de diversão para os moradores, também serve para saciar a sede dos animais: bois, cavalos, galinhas, etc., bem como dos animais que fazem parte da fauna presente na propriedade e na região, conforme relato dos moradores: “jaguaririca, paca, patos, etc.”

Os dois lagos, artificiais, foram especialmente projetados para a criação de peixes, mais uma forma de angariar fundos para a subsistência da propriedade e seus moradores, mas há uma grande preocupação com a preservação com a não poluição da água, pois o risco é muito grande, conforme relatado “...os técnicos da Sadia sempre vistoriam os açudes dos dejetos suínos, pois se há vazamento pode incorrer em contaminação de toda água da região.” Com base nessa informação podemos concluir que há uma preocupação com a produção limpa, conforme já abordado no embasamento teórico.

A água que abastece a propriedade vem de uma nascente própria e não recebe tratamento e nem monitoramento. Só há a preocupação em manter as proximidades limpa, para evitar contaminação

4.2.4 Atividades a serem oferecidas pela pousada rural

O turismo rural por estar inserido em um meio ecológico, possibilita o desenvolvimento de atividades de lazer relacionadas à natureza. A propriedade de turismo rural tem a

necessidade de planejar as atividades e os recursos de lazer que irá disponibilizar à seus hóspedes sem, contudo, esquecer que esse lazer deve ser de forma a priorizar o relaxamento.

A propriedade apresenta diversas opções de lazer relacionados à natureza. Além dos serviços de hospedagem e gastronomia, serão ofertados:

- passeios à cavalo
- trilhas ecológicas
- pesca
- banhos de cachoeira
- observação da fauna e flora
- exploração do espaço da propriedade
- *camping*

Será possibilitado ao turista participar de tarefas rotineiras da propriedade, tal como ordenha de leite, a alimentação e cuidados com os bovinos.

A culinária mescla gastronomia italiana e gauchesca, com ênfase no sabor de uma comida caseira.

Sendo um dos principais atrativos o sossego e o descanso que o ambiente proporciona.

4.2.5 Tratamento de águas residuais

Ao andar pela propriedade não se observa preocupações com o destino dos resíduos sólidos e líquidos, fato que preocupa já que há a possibilidade de um aumento considerável de pessoas em caso de se concretizar a instalação da pousada rural.

Um empreendimento turístico tem a responsabilidade de planejar formas de evitar o impacto que a exploração do meio ambiente possa ocasionar, de forma a evitar-se a degradação ambiental e o patrimônio natural.

Com a intenção de diagnosticar os possíveis efeitos negativos no meio ambiente, houve o questionamento quanto a forma do sistema de esgoto existente na propriedade. Foi esclarecido que não existe sistema de esgoto implantado até o presente momento e nem há tratamento adequado, sendo que atualmente os dejetos são lançados em fossas sumidouros. Consistem em buracos que são abertos próximos das instalações que eliminam os dejetos, sendo compostos de vários níveis de terra, areia e brita, a fim de realizar a drenagem.

4.2.6 Mão-de-obra

O princípio de desenvolvimento da econômico está no benefício social, voltado à comunidade, onde no desenvolvimento de um empreendimento deve contemplar a renda para todos, onde todos ganham.

Em nenhum momento foi constatado pessoas estranhas à propriedade desenvolvendo algum tipo de serviço, seja auxiliando os proprietários ou mesmo desenvolvendo serviços independentes como plantio ou tratamento dos animais.

Questionando o proprietário vimos a ser informados que a mão-de-obra da propriedade é desenvolvida por membros da família, que atuam de forma harmônica, e em mutirão, no cultivo das terras, bem como nos cuidados com a criação dos suínos.

Entretanto, para o empreendimento será necessário a contratação de pelo menos dois colaboradores para auxiliarem nos serviços, especificamente, de cozinha e serviços gerais.

4.2.7 Concorrentes

Estamos vivendo um novo tempo, uma nova realidade, a globalização faz com que as empresas busquem maior competitividade para sua sobrevivência no mercado. Conhecer os prestadores de serviços similares ao que se quer implantar é tarefa fundamental para quem se propõe a abrir um meio de hospedagem rural. A análise da concorrência e do mercado é fundamental, pois nos deparamos com uma realidade cultural onde as empresas que persistirem na visão da improvisação estarão fadadas ao insucesso frente a concorrência. Neste contexto questionamos quanto a identificação dos concorrentes no município ou na região que o empreendimento pretende abranger. Houve a afirmação que já havia sido realizado pesquisas e desconheciam que no município ou na região: Ponte Serrada, Faxinal dos Guedes e Xanxerê, houvesse qualquer empreendimento com as características propostas. Entretanto observou-se que no município de Chapecó, na localidade de Colônia Cella, há um empreendimento constituído nos moldes semelhantes ao proposto. As rotas italiana de Chapecó, onde famílias de agricultores recebem turistas em suas casas, ofertam serviços de gastronomia e divulgam as belezas naturais do local, bem como a cultura. Assim, embora não se inclua na região onde o empreendimento pretende atingir, constitui-se em um sério concorrente, dado a proximidade das regiões.

4.2.8 Característica do público-alvo e da pousada rural

A maior parte do público que procura pelos meios de hospedagem no meio rural, se concentra em zonas urbanas, geograficamente próximas ao lugar de residência. Por essa razão deve-se levar em conta o fato de que ele busca algo mais do que somente alimentar-se. Dessa forma o público-alvo será pessoas de vida essencialmente urbana, com variação de idade entre os 40 e 80 anos, um público que em razão da própria idade esta mais preocupado com a qualidade de vida e em geral dispõe de uma boa situação financeira. Para oferecer o empreendimento de uma pousada rural, um nicho de mercado pouco explorado é necessário reconhecer as tendências do macroambiente, suas oportunidades e ameaças. Questionamos os proprietários acerca das características diferenciadas que o público que freqüente a propriedade irá encontrar. Foi relacionado pelos proprietários que o público encontraria: uma acolhida calorosa; uma atenção personalizada; um ambiente típico e confortável; diferentes atividades; instalações amplas, limpas e confortáveis; sala de estar iluminada e acolhedora; um bom café da manhã, uma boa informação sobre as opções de passeio.

4.2.9 Identificação e análise das necessidade econômicas-financeiras

O objetivo econômico busca o favorecimento da propriedade e da população local, aliando o comércio a agricultura. O projeto de instalação de uma pousada rural envolve diversas variáveis a serem consideradas. Dentre outras consideramos aqui a variável econômica, que decorre do contexto econômico geral, variações da economia devido às tendências. Essas variações têm um forte efeito sobre as empresas, determinando, muitas

vezes, o volume das operações das mesmas, o nível dos preços e de lucratividade potencial, a facilidade ou dificuldade na obtenção dos insumos, etc. São elas que determinam que rumo financeiro a empresa deve seguir, se a política de investimento adotada é a melhor para a organização, etc.

Na propriedade estudada a maior dificuldade encontrada para a implantação do empreendimento nos moldes propostos é a falta de linhas de crédito para esta atividade turística destinada aos pequenos agricultores. Por esse razão, a forma aqui abordada é o uso de recursos próprios.

Com o objetivo de identificar a viabilidade na implantação da pousada rural nos moldes propostos: adequação das instalações já existentes. Apresentamos a seguir o aspecto econômico-financeiro, com posterior análise dos dados obtidos.

A obtenção de máquinas e equipamentos, móveis, utensílios e vestes além de algumas reformas, enfim os investimentos fixos. Apresentaram um custo de R\$18.114,08, conforme quadro 04.

A partir do cálculo do investimento em ativo fixo, conforme quadro 3, foi realizado o cálculo do valor da depreciação anual que totalizou R\$1.253,00, e da depreciação mensal que totalizou R\$104,42.

A partir dos gastos com telefone, energia elétrica, material de expediente, pró-labore, salários etc. fez-se uma projeção anual de despesas fixas, que totalizou R\$38.960,00, conforme quadro 05.

No quadro 6, fez-se a projeção de despesas variáveis: material de consumo, despesas financeiras, propaganda, entre outros, totalizando um montante anual de R\$29.575,00.

No quadro 7, projetou-se a tributação legal sobre o faturamento, que chega ao percentual de 10,5%.

Para elaboração do quadro 8, foi necessário o cálculo estimado das receitas. Para se chegar a receita estimada projetou-se o preço pago por diárias de cada unidade habitacional, conforme quadro 09. O método empregado para estipular os preços a serem praticados pela pousada seguiu uma linha baseada na comparação de preços praticados por hotéis da região e hotéis fazenda e pousadas do estado de Santa Catarina, conforme pesquisa junto à internet.

O quadro 10 é a demonstração do resultado do exercício, projetado, em forma resumida. Destaca o resultado líquido do período.

No quadro 11 temos o fluxo de caixa, onde são informados os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, ocorridos durante o período. Segundo Iudícibus (2000, p. 350), "...a apresentação do fluxo de caixa ainda não é obrigatória no Brasil."

DESCRIÇÃO DO INVESTIMENTO FIXO			
Fogão industrial	Refrioeste	R\$ 690,00	R\$ 690,00
Geladeira comercial	Refrioeste	R\$ 2.560,00	R\$ 2.560,00
Freezer 410 l	Refrioeste	R\$ 1.180,00	R\$ 1.180,00
Exaustor 30 cm	Refrioeste	R\$ 110,00	R\$ 110,00
Batedeira planetária	Refrioeste	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Cafeteira	Refrioeste	R\$ 45,00	R\$ 45,00
Filtro d'água	Europa	R\$ 280,00	R\$ 280,00
Computador	Metron	R\$ 1.810,00	R\$ 1.810,00
Impressora	Lexmarq	R\$ 279,00	R\$ 279,00
Aparelho telefônico	Ibrateli	R\$ 24,00	R\$ 24,00
Secador	Tany	R\$ 44,90	R\$ 44,90
Ventilador	Arno	R\$ 73,80	R\$ 369,00
Aquecedor	Malory	R\$ 79,00	R\$ 395,00
Aparelho DVD	Gradiente	R\$ 399,00	R\$ 399,00
Ar condicionado	consul	R\$ 649,00	R\$ 649,00
TOTAL DE INVEST. MAQS E EQUIP.		R\$ 9.423,70	R\$ 10.034,90
MÓVEIS	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
Armário	5	R\$ 229,00	R\$ 1.145,00
Colchão casal	2	R\$ 143,00	R\$ 286,00
Colchão solteiro	3	R\$ 90,00	R\$ 270,00
Espelho	5	R\$ 40,00	R\$ 200,00

TOTAL DE INVESTIMENTOS MÓVEIS		R\$ 502,00	R\$ 1.901,00
UTENSÍLIO/VESTES	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Pratos	15	R\$ 1,40	R\$ 21,00
Copos	15	R\$ 1,70	R\$ 25,50
Xícaras	15	R\$ 1,99	R\$ 29,85
Prato lanche	15	R\$ 1,70	R\$ 25,50
Espumadeira	4	R\$ 4,48	R\$ 19,20
Abridor	2	R\$ 1,10	R\$ 2,20
Facas	15	R\$ 1,50	R\$ 22,50
Talheres	15	R\$ 0,80	R\$ 12,00
Pegador macarrão	1	R\$ 4,35	R\$ 4,35
Formas inox	2	R\$ 16,50	R\$ 33,00
Formas médias inox	2	R\$ 11,00	R\$ 22,00
Chaleira inox	2	R\$ 23,00	R\$ 46,00
Térmica	2	R\$ 39,00	R\$ 78,00
Cuia	3	R\$ 4,60	R\$ 13,80
Bombas	3	R\$ 2,20	R\$ 6,60
Suporte p papel	1	R\$ 12,00	R\$ 12,00
Jarras vidro	3	R\$ 5,98	R\$ 17,94
Fruteira Inox	2	R\$ 24,00	R\$ 48,00
Balde	4	R\$ 1,86	R\$ 7,44
Vassoura	3	R\$ 6,27	R\$ 18,81
Rodo	2	R\$ 14,74	R\$ 29,48
Luvas	4	R\$ 4,11	R\$ 16,44
Lixeiro externo	4	R\$ 30,52	R\$ 122,08
Escova cabelo	1	R\$ 8,40	R\$ 8,40
Escova cabelo	1	R\$ 4,34	R\$ 4,34
Burrificador	1	R\$ 3,02	R\$ 3,02
Tapete p Box	10	R\$ 3,99	R\$ 39,90
Pano de prato	10	R\$ 1,20	R\$ 12,00
Uniforme	4	R\$ 120,00	R\$ 240,00
Toalha mesa	8	R\$ 70,04	R\$ 563,20
Pano de chão	4	R\$ 2,00	R\$ 8,00
Lençol solteiro	15	R\$ 33,89	R\$ 495,00
Lençol casal	7	R\$ 39,00	R\$ 273,00
Edredom liso casal	4	R\$ 96,00	R\$ 384,00
Edredom solteiro	7	R\$ 84,99	R\$ 934,93
Cobertor solteiro	3	R\$ 39,99	R\$ 119,97
Cobertor casal	2	R\$ 45,00	R\$ 90,00
Toalha de rosto	8	R\$ 3,70	R\$ 29,60
Toalha banho	8	R\$ 7,40	R\$ 59,20
Travesseiro	7	R\$ 39,99	R\$ 279,93
TOTAL DE INVEST. UTENS. E VESTES		R\$ 817,75	R\$ 4.718,18

QUADRO 3
DESCRIÇÃO DO INVESTIMENTO FIXO

Discriminação	Total (em R\$)1,00
1. Imobilizações Fixas	
Reformas e Instalações	2.000,00
Maquinas e Equipamentos	10.034,90
Móveis	1.901,00
Utensílios e vestes	4.178,18
Total das Imobilizações Fixas	18.114,08
2. Outros Investimentos	
Imprevistos	905,00
Taxas de Regularização	493,00
Divulgação	300,00
Total Outros Investimentos	1.698,00
3. Capital de Giro	
Capital de Giro Adicional	3.731,00
TOTAL	25.241,08

QUADRO 4

RESUMO DAS IMOBILIZAÇÕES FIXAS E FINANCEIRAS

DESPESAS	CUSTO TOTAL/ANUAL R\$
DESPESAS DE COMUNICAÇÃO	1.800,00
ENERGIA ELÉTRICA	1.440,00
MAT EXPEDIENTE	240,00
PRÓ – LABORE / INSS	15.984,00
SALÁRIO E ENCARGOS	14.708,00
DEPRECIAÇÃO	1.253,00
SERVIÇOS CONTÁBEIS	2.400,00
OUTROS	1.135,00
TOTAL DAS DESPESAS FIXAS	38.960,00

QUADRO 5

PROJEÇÃO DE DESPESAS FIXAS 2005

DESPESAS	CUSTO TOTAL / ANUAL R\$
ALIMENTAÇÃO	18.000,00
IMPOSTOS	8.165,00
LAVANDERIA	2.400,00
DESPESAS FINANCEIRAS	240,00
PROPAGANDA	480,00
IMPREVISTOS	290,00
TOTAL DAS DESP. VARIÁVEIS	29.575,00

QUADRO 6

PROJEÇÃO DESPESAS VARIÁVEIS 2005

IMPOSTOS	
IMPOSTO FEDERAL / SIMPLES	7,50%
IMPOSTO MUNICIPAL / ISS	3,00%
TOTAL DE IMPOSTOS	10,50%

QUADRO 7**TRIBUTAÇÃO S/FATURAMENTO**

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2005	ANO
1 RECEITAS OPERACIONAIS		77.760,00
2 CUSTO VARIÁVEL		29.575,00
3 CUSTO FIXO		38.960,60
4 TOTAL (SOMA 2 E 3)		68.535,00
5 LUCRO LÍQUIDO (1 - 4)		9.225,00
6 MARGEM CONTRIBUIÇÃO (1-2)		48.185,00
7 PONTO DE EQUILÍBRIO (3/(6/1))		62.873,00

QUADRO 8**PONTO DE EQUILÍBRIO DEMONSTRATIVO DE RESULTADO**

Memória de Cálculo		
Atingimos a receita operacional demonstrada acima considerando a ocupação de 80% das UH's		
Custo/quarto - período integral	Custo R\$ dd/pessoa	Custo R\$ aa/pes.
1 Quarto casal = 2 pessoas	30,00	21.600,00
1 Quarto casal = 2 pessoas	30,00	21.600,00
1 Quarto solt. = 2 pessoas	25,00	18.000,00
1 Quarto solt. = 2 pessoas	25,00	18.000,00
1 Quarto solt. = 2 pessoas	25,00	18.000,00
TOTAL DAS RECEITAS		97.200,00

QUADRO 9**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

De 01/01/2005 à 31/12/2005		
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO		
	RECEITA BRUTA	77.760,00
(-)	DEDUÇÕES (10,50%)	8.165,00
(=)	RECEITA OP. BRUTA	69.595,00
(=)	LUCRO BRUTO	69.595,00
(-)	DESPESAS OPERACIONAIS	59.117,00
	DESP. FIXAS	37.707,00
	DESP. VARIÁVEIS	21.410,00
(=)	RESULTADO LIQUIDO	10.478,00
	Depreciação	1.253,00
	Receitas Financeiras	0,00
(=)	RESULTADO LIQUIDO PERÍODO	9.225,00

QUADRO 10
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO

PROJEÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
De 01/01/2005 à 31/01/2005			
DESCRIÇÃO	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO
Saldo inicial			25.241,08
Aquisição de máquinas/equipamentos		10.034,90	15.206,18
Aquisição de móveis		1.901,00	13.305,18
Aquisição e utensílios e vestes		4.178,18	9.127,00
Material expediente		20,00	9.107,00
Salários/Pró-labore/encargos		2.557,70	6.549,30
Recebimento/Diárias	6.480,00		13.029,30
Taxas bancárias		20,00	13.009,30
Energia elétrica		120,00	12.889,30
Propaganda e Publicidade		40,00	12.849,30
Despesas de comunicação		150,00	12.699,30
Contador		200,00	12.499,30
Alimentação		1.500,00	10.999,30
Impostos		680,00	10.319,30
Despesas com Lavanderia		200,00	10.119,30
TOTAL 31/01/2005	6.480,00	21.601,78	10.119,30

QUADRO 11
PROJEÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

FUNCIONÁRIOS		SALÁRIOS	% insalubre	SALÁRIO
Cozinheira	1	R\$ 450,00	0,2	540,00
Auxiliar de Limpeza	1	R\$ 350,00	0,4	490,00
TOTAL DESPESAS C/ FUNCIONÁRIOS	2			1.030,00
Administrador		R\$ 1.200,00		
TOTAL DESPESAS C/ PRÓ-LABORE		R\$ 1.200,00		
INSS S/ PRÓ-LABORE				132,00
ENCARGOS E PROVISÕES (72,5%)				1.616,75

QUADRO 12

DESPESAS C/FUNCIONÁRIOS E PRÓ-LABORE

4.3 AVALIAÇÃO GERAL

Para fazer a análise econômica serão utilizados os seguintes índices de rentabilidade: ponto de equilíbrio econômico, lucro operacional, rentabilidade do investimento e rentabilidade do empreendimento, todos a 80% da capacidade.

4.3.1. LUCRO OPERACIONAL (LO)

O lucro operacional é dado pela diferença entre a receita total e o custo total.

$$LO = \text{Receita total} - \text{Custo total}$$

$$LO = 77.760,00 - 68.535,00$$

$$LO = \text{R\$ } 9.225,00$$

4.3.2. LUCRO LÍQUIDO (LL)

Sendo a empresa optante pelo Simples, seu lucro líquido será igual ao lucro operacional, pois o imposto de renda e a contribuição social, assim como o PIS e o COFINS, estão incluídos no Simples.

$$LL = \text{R\$ } 9.225,00$$

4.3.3. RENTABILIDADE DO EMPREENDIMENTO

A rentabilidade do empreendimento indica a margem de lucro, quanto o empreendedor ganhará no produto, unidades habitacionais, comercializado.

$$= \text{Lucro líquido} / \text{Receita total}$$

$$= 9.225,00 / 77.760,00$$

$$= \mathbf{0,12 = 12\%}$$

4.3.4. RENTABILIDADE DO INVESTIMENTO (RI ou TIR)

Através da rentabilidade do investimento verifica-se a taxa anual de remuneração do capital, e o seu tempo de recuperação.

$$\text{TIR} = \text{Lucro líquido} / \text{Investimento total}$$

$$\text{TIR} = 9.225,00 / 25.241,00$$

$$= \mathbf{0,365\% = 36,5\%}$$

Tempo de retorno do capital investido:

$$\text{TRKI} = \text{Investimento total} / \text{Lucro líquido}$$

$$\text{TRKI} = 25.241,00 / 9.225,00$$

$$= \mathbf{2,736 \text{ (aproximadamente 03 anos)}}$$

O tempo de recuperação do investimento será de aproximadamente 03 anos, ou seja, o capital investido retorna em menos de 03 anos. E este capital está sendo remunerado a uma

taxa de 37% ao ano. Se considerarmos, que o rendimento financeiro da poupança esteja no patamar de 8% ao ano, podemos concluir que o empreendimento é viável, pois trata-se de um bom investimento financeiro.

4.3.5. PONTO DE EQUILÍBRIO

O ponto de equilíbrio nos permite estimar a quantidade comercializada, a receita total e a capacidade utilizada do empreendimento, considerando um nível de utilização de 80% da capacidade instalada. Se a empresa operar abaixo deste ponto de equilíbrio obterá prejuízo e acima obterá lucro.

2- Receita total

$$RT = CF / (1 - CV / RT)$$

$$RT = 38.960,00 / 1 - (29.575,00 / 77.760,00)$$

$$RT = 62.873,00$$

3- Capacidade utilizada

$$\text{Cap. Util.} = CF / RT - CV$$

$$\text{Cap. Util.} = 38.960,00 / (77.760,00 - 29.575,00)$$

$$\text{Cap Util.} = 0,80\%$$

5 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS CONFORMIDADES SÓCIO-AMBIENTAIS

O turismo é o tipo de desenvolvimento que tende a modificar rapidamente a situação social e econômica das comunidades. No momento em que o turismo é apresentado como alternativa à solução dos problemas do município, surgem alguns questionamentos sobre a sustentabilidade da propriedade rural, o seu impacto na geração de trabalho e renda, os efeitos provocados pelo desenvolvimento no ambiente natural e a possibilidade do turismo vir a ser o instrumento de preservação ambiental no espaço rural. Os proprietários da propriedade parecem conscientes dos impactos do turismo, mas há uma forte tendência em acreditar que os impactos positivos serão maiores que os negativos, principalmente no que se refere ao meio ambiente, pois deduzem que quem procura o turismo rural tem respeito por essa atividade e pela natureza. Nesse caso, considerando-se a observação *in loco*, podemos afirmar que os efeitos positivos para a comunidade serão: geração de empregos; de renda; geração de impostos; aperfeiçoamento da infra-estrutura; aumento da consciência ambiental da população; valorização da cultura local e da etnia. Quanto aos aspectos negativos: poluição em geral; possível degradação do patrimônio; danificação dos locais vizinhos às atrações; capacidade insuficiente de serviços públicos (água, esgoto, energia).

A opção para evitar que a comunidade local sintam os efeitos negativos seria incentivar o intercâmbio entre o homem da cidade e o meio rural, proporcionando meios de integração com o objetivo de manter o respeito mútuo de cada cultura, resultando em um convívio harmonioso.

O compromisso é evitar que tanto o turista quanto a população local se sintam com complexos de superioridade ou inferioridade, em relação a sua cultura.

Segundo Moretto (2000), com o objetivo de minimizar os impactos sociais negativos é preciso adotar algumas medidas de controle:

- Impulsionar o bem estar social da população;
- Estimular as artes, a cultura e os esportes;
- Promover o apoio a pesquisa e a ciência;
- Capacitar as pessoas para o mundo do trabalho;
- Colaborar com o processo de mudanças sociais;
- Estabelecer parcerias produtivas de caráter social;
- Preservar as tradições locais.

Enfim, criar mecanismos que propiciem à comunidade local uma alternativa digna de conquistar uma vida melhor, sem causar impactos ambientais, cultural e humano, de forma a integrar a comunidade local nas atividades turísticas a serem desenvolvidas na Pousada Rural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O convívio com a realidade do homem do campo que vive essencialmente do cultivo da terra e da criação de suínos, reforçou o interesse do pesquisador em aliar um estudo teórico à prática do turismo no meio rural. A realidade observada onde a propriedade apresenta inúmeros atrativos naturais, porém encontra dificuldades para subsidiar-se, chegando ao ponto de seus proprietários, embora tenham nascidos e vividos a vida inteira no meio rural, cogitar a mudança para a cidade, deixou a certeza da necessidade de identificar alternativa para que não só esta pequena propriedade rural, mais às demais propriedade da região, que encontram-se com os mesmos problemas, tenham possibilidades para completar seus orçamentos evitando o êxodo rural e o agricultor e familiares permaneçam no campo.

O município de Vargeão possui limitações acentuadas em sua economia e se demonstra fortemente dependente da agricultura e pecuária, que por suas características dificultam o aumento da renda do produtor.

Com base nessas análises, no desenvolvimento deste trabalho buscou-se demonstrar que o mundo rural deixou de ser um espaço exclusivamente agrícola. Demonstra potencial para que novas atividades econômicas venham a emergir deste espaço, com um agricultor visionário que busca combinar a atividade agrícola com a não agrícola para complementar a renda familiar e gerar ocupação para membros familiares e da comunidade.

Esse estudo possibilitou a identificação da viabilidade da adequação das instalações de forma a desenvolver uma pousada rural para fomento do turismo na região e para essa comunidade. Gerando atividades que procuram manter o bem-estar humano em harmonia com a qualidade ambiental, protegendo o meio ecológico e colaborando no desenvolvimento da economia local.

Esse processo de incentivo de retorno do homem ao campo em busca de uma vida mais livre e sem exposição à contaminação de produtos químicos e aos ruídos e distúrbios presentes nos espaços urbanos, redireciona a sociedade a um desenvolvimento sustentável, com o foco na conservação dos recursos naturais. O turismo rural surge como uma ferramenta importante na promoção do desenvolvimento local, com qualidade de vida, respondendo pela conservação dos recursos naturais servindo como opção para, dentro da busca de alternativas na melhoria da qualidade de vida das populações rurais, manter o homem dignamente no campo, eliminando desta forma o surgimento de aglomerados urbanos, desprovidos de equipamentos e serviços que permitam a manutenção da vida.

Constata-se que com o correto desenvolvimento do meio rural pode evitar-se a exclusão de grande número de agricultores e o elevado êxodo rural, e serve como atividade indutora do crescimento de ocupações não agrícolas no meio rural, bem como desperta o aumento na procura pelo espaço rural. Esta volta ao campo, passa pelas questões da conscientização ambiental, mudanças tecnológicas, busca pela boa saúde e integra as dimensões econômicas, sociais e culturais. Assim, entendemos que os objetivos da pesquisa foram alcançados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Joaquim A. RIEDL, Mário e FROEHLICH, José M. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: UFSM, 1998.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA E HOTELARIA DE SANTA CATARINA. **Pousada por segmento**. Disponível em <<http://www.abih-sc.com.br>> Acesso em: 01 nov. 2004.
- BRASIL – **Constituição Federal**, Brasília-DF: Gráfica do Senado, 1988.
- BUARQUE, Cristovam. **Avaliação econômica de projetos**: uma apresentação didática. Rio de Janeiro: Campus. 1984.
- BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. **Gestão ambiental**: instrumentos e práticas. Brasília: IBAMA, 1994.
- CALLENBACH, Erman. **Gerenciamento ecológico**. São Paulo: Cultrix, 1993.
- CAMARGO, Mariângela; FRANCO, Suzuki; MAYMI, Fabiana; et. al. **Gestão do terceiro setor no Brasil**: estratégia de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Futura, 2000.
- CARSON, Walter. **Manual global de ecologia**: o que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente, São Paulo: Augustus, 1996.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de empresas**: uma abordagem contingencial. São Paulo: Makron Books. 1995.
- CMMAD. **Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Nosso futuro comum. 2.ed. Rido de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1991.
- COSTA, S.S.; et. al. **Pousada**: como montar e administrar. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2002.
- DEGEN, Ronald. **O empreendedor**: fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.
- DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. São Paulo: Cultura editores associados, 1999.
- EMBRATUR. Página oficial da instituição. Disponível em <<http://www.embratur.gov.br>> Acesso em: 20 set. 2004.
- EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: MCIT/MMA – EMBRATUR/IBAMA, 1994.

_____. **Turismo sob a ótica dos monitores municipais**. Brasília. 1996.

FAUSER, Everson. **Turismo Rural: avaliação dos impactos sociais e ambientais da pousada dona Otilia no município de São Martinho**. Florianópolis, 2000. TCE (Administração). Centro Sócio Econômico. Departamento de Ciências da Administração. Universidade Federal de Santa Catarina.

FURTADO, João S. et al. **Estratégias de gestão ambiental e os negócios da empresa**. 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Estudo flagra cratera de asteróide em Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0109200301.htm>> Acesso em: 01 nov. 2004.

GAZETA MERCANTIL. **Encarte ambiental**. 17 abr. 1996.

GRAJEW, Oded. **Custos e ganhos da responsabilidade social**. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>> Acesso em: 02 nov. 2004.

GRAZIANO, José S. **O novo rural brasileiro**. Nova economia. Belo Horizonte, 1998.

GODOY, Arilda S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais** – RAE – Revista de Administração de Empresas. São Paulo. V.35, n.3 p. 20-29, mai.jun. 1995.

HOGAN, Daniel J, VIEIRA, Paulo F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 1995.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**
<<http://www.ibge.com.br>> Acesso em: 02 nov. 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu, et. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. São Paulo: Atlas, 2000.

LEI DA FAUNA – Lei nº 5.197/97
<http://www.ambiente.sp.gov.br/leis/_internet/geral/politica_meio/> Acesso em: 01 nov. 2004.

LEI FEDERAL – Lei nº 6938/81
<http://www.ambiente.sp.gov.br/leis/_internet/geral/politica_meio/> Acesso em: 01 nov. 2004.

MAIMON, D. **Passaporte verde: gerência ambiental e competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de Marketing: metodologia e planejamento**. São Paulo: Atlas, 1996.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MISRA, K. B. **Clean Production**: environmental and economics perspectives spring. Berlin/Germany: Mercedes Druck Print. 1996.

MOLETTA, Vânia F. G. LEYSER, Karin. **Turismo Rural**: série desenvolvendo o turismo: Porto Alegre. SEBRAE/RS, 1999.

MORETTO NETO, Luis. **Turismo empreendedor**. Florianópolis: Curso de graduação em administração da UFSC, 2000. (apostila).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Desenvolvimento do turismo sustentável**: manual para organizadores locais. Turismo e ambiente, 1993.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Subsídios para critérios de preservação ativa de Monsaraz**. Turismo em análise. São Paulo, 1999.

PEREIRA, M. & ALPERSTEDT. **Inovação tecnológica**: um fator impulsionador do desenvolvimento sustentável. In: XIX Simpósio de gestão de inovação. 22 a 25.10.1996.

PETROCCHI, Marcia. **Hotelaria**: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 2002.

Revista Ecologia e Desenvolvimento, 1995. nº5, p.15.

RICHARDSON, Roberto Jarry et. Al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. São Paulo: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.

SARTOR, Lourdes Fellini. **Turismo rural**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.

SEBRAE/INICIANDO GESTÃO AMBIENTAL (1991)

SCHENINI, Pedro C. **Avaliação dos padrões de competitividade à luz do desenvolvimento sustentável**: o caso da Indústria Trombini Papel e Embalagens S/A em Santa Catarina. Tese-UFSC-SC-BR, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

UNGER, Nancy M.. **Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico**. São Paulo: Loyola, 1992.

WOILER, Sansão. MATHIAS, Washington F. **Projetos: planejamento, elaboração, análise**. São Paulo: Atlas, 1996.

VALLE, C. E. **Qualidade ambiental: o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente**. São Paulo: Pioneira, 1995.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

<<http://www.vargeao.sc.gov.br>> Acesso em: 01 out. 2004

< <http://www.icepa.com.br/agroturismo/mapa.htm>> Acesso em: 26 out. 2004

APÊNDICES

ENTREVISTA

Roteiro de entrevista para os proprietários

1. Origem da propriedade
2. Atividades Econômicas geradas
3. Qual a metragem total do terreno?
4. Além da atividade agrícola, qual outra atividade é desenvolvida na propriedade?
5. O que o levou a procurar esta alternativa de renda para a propriedade ?
6. Houve planejamento ?
7. Na sua opinião qual será a maior dificuldade na implantação do empreendimento ?
8. Quais são as fontes de recurso para a implantação ?
9. Qual o valor que a nova atividade poderá agregar à propriedade ?
10. Serão realizadas ações para minimizar os impactos negativos do empreendimento no meio ambiente? Quais são as ações ?
11. Que benefício o empreendimento trará para a comunidade local ?
12. Atualmente há participação de pessoas locais nos trabalhos realizados na propriedade ?

ANEXOS

Vargeão

Vargeão está situada no meio-este do Estado de Santa Catarina, às margens da BR 282. A grande característica geográfica é de uma depressão originada de um choque meteórico há milhões de anos. Hoje são exploradas as areias resultantes do choque, pelas suas comprovadas propriedades medicinais.



Clínica



- > Inna Glorice (Massagem)..... R\$ 20,00
- > Massagem Estética e Terapêutica com Argila R\$ 15,00
- > Aplicação de Argila R\$ 5,00
- > Consulta com Dr. Dorigeto (Neurologista)..... R\$ 20,00
- > Consulta Pe. Augusto (Curandeira)..... R\$ 20,00



Locais de Visitação

- > Usina Dalla Pria .. R\$ 2,00
- > Areial R\$ 2,00
- > Cascata R\$ 2,00
- > Mirante R\$ 2,00

Lembranças

- > Cula de Cristal R\$ 20,00
- > Livro Enigma R\$ 10,00
- > Portal miniatura em madeira .. R\$ 3,00
- > Argila (caixa) R\$ 5,00

Gastronomia



- > Almoço R\$ 7,00
- > Café Colonial R\$ 7,00



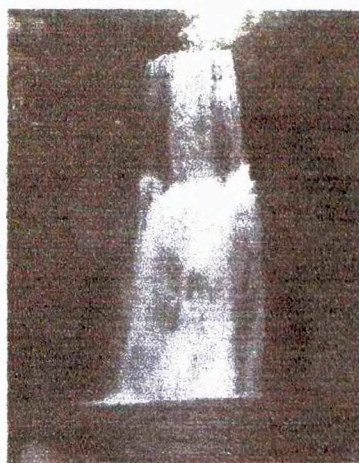
Foto Satélite do Domo



Há milhões de anos sem aviso algum uma brilhante bola de fogo rasgou o céu e avançou rapidamente sobre a terra, com o choque bilhões de toneladas de rochas foram derretidas e pulverizadas.

Esse impacto resultou na formação das oito crateras brasileiras, das quais uma localiza-se no município de Vargeão.

Esta estrutura denominada pelos geólogos de Domo de Vargeão formada por uma depressão topográfica de cerca de 150mt., sendo que na parte central da estrutura encontram-se os arenitos usados como fonte de areia para construção civil, no entanto estudos recentes comprovam sua utilidade para tratamentos estéticos, terapêuticos e medicinais.



Cachoeira da antiga Usina Irmãos Danielli

Gerou energia elétrica para Vargeão em meados de 1955 a 1964.
Potência 80 KW.
Queda Livre 44mts.



Restaurante e Pizzaria La Cantina

Av. 21 de Abril
Fone 49 434-0380

Hotel e Restaurante Canário

BR 282 Km 479
Fone 49 434-0166



Apoio:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEÃO - SC
ACIVA - Associação Comercial e Industrial de Vargeão

Realização:

COMTUR - Conselho Municipal de Turismo

Rua Sete de Setembro, 610 - Fone 49 434-0299 - VARGEÃO - SC

Anexo (I)







Anexo (II)